

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ELIG CASSIANE ARSE DA SILVA

Alheamento eleitoral: Um estudo sobre o segundo turno da eleição
presidencial de 2018

Florianópolis

2022

ELIG CASSIANE ARSE DA SILVA

Alheamento eleitoral: Um estudo sobre o segundo turno da eleição
presidencial de 2018

Trabalho de Conclusão de Curso submetido para ao curso de graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.
Orientador: Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Elig Cassiane Arse da Silva

Alheamento eleitoral: Um estudo sobre o segundo turno da eleição presidencial de 2018 / Elig Cassiane Arse da Silva Silva ; orientador, Tiago Daher Padovezi Borges, 2022.

83 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. alheamento eleitoral. 3. satisfação, confiança e percepção de corrupção. 4. voto compulsório. 5. eleição presidencial 2018. I. Daher Padovezi Borges, Tiago. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Elig Cassiane Arse da Silva

Alheamento eleitoral: Um estudo sobre o segundo turno da eleição presidencial de 2018

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final para o curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, 09/02/2023.

Coordenação do curso

Banca Examinadora

Prof. Tiago Daher Padovezi Borges
Orientador

Prof. Luis Felipe Guedes da Graça
Universidade Federal de Santa Catarina

Luiza Brandes de Azevedo Ferreira
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma trajetória para a qual muitas pessoas contribuíram, não poderia entregá-lo sem agradecer os principais responsáveis pela minha permanência no curso. Aos companheiros de percurso, deixo minha gratidão pela oportunidade de me constituir bicho gente no mundo ao lado de vocês.

Agradeço primeiramente à minha mãe, que por sua vez é grata porque finalmente eu vou encerrar uma graduação ao invés de mudar de curso. Obrigada mãe, por não medir esforços para me dar o privilégio de ser a primeira pessoa a cursar ensino superior em nossa família.

Agradeço também à Clara, minha companheira incansável que com todo amor e paciência permaneceu ao meu lado, me apoiando (mesmo nos dias em que eu estava insuportável) e cuidando de toda a organização necessária para que eu pudesse me dedicar a este trabalho. Obrigada pelo cuidado, carinho e acolhimento nos dias mais difíceis. Certamente sua presença foi fundamental para que eu pudesse realizar esta entrega.

Gostaria de agradecer também a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória discente por serem referência durante a minha formação. E ao meu orientador Tiago pelo apoio nas dificuldades e, principalmente, por não perder a paciência comigo ao longo desse processo.

Finalmente, agradeço aos amigos que fiz no curso, certamente vocês tornaram aquele sem número de páginas de leitura para o dia seguinte muito mais leve. Luana, Leandro, Francieli, Froner, Fernanda, Isa e Julia, obrigada por tudo e principalmente, por serem incentivo nos períodos mais difíceis de uma graduação que foi atravessada por uma pandemia com tantas perdas.

RESUMO

O segundo turno das eleições de 2018 foi marcado por um índice de abstenção de 21,29% do eleitorado apto a votar somado a um índice de 9,57% de votos brancos e nulos, maior índice desde 1989 na redemocratização. A abstenção, somada aos votos brancos e nulos compõe o que se entende por alheamento eleitoral. Este trabalho objetiva a compreensão do fenômeno do alheamento eleitoral no segundo turno das eleições de 2018 a partir de análise estatística exploratória. Foi realizada regressão logística multinomial com dados do *survey* pós-eleitoral ESEB para analisar a contribuição de fatores como a satisfação com a democracia, a confiança nas instituições, percepção da corrupção e compulsoriedade do voto para o alheamento eleitoral no segundo turno das eleições 2018. Os testes demonstraram que nenhuma das variáveis selecionadas para o modelo impactaram na atitude dos eleitores da amostra.

Palavras-chave: alheamento eleitoral; satisfação e confiança; percepção de corrupção; voto compulsório; eleição presidencial 2018.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação da atitude no segundo turno de acordo com respostas.

Quadro 2: Classificação das variáveis dos grupos Satisfação e Confiança, segundo grupo, de acordo com respostas.

Quadro 3: Listagem das variáveis socioeconômicas.

Quadro 4: Distribuição percentual dos entrevistados, por categoria da covariável e por atitude no segundo turno da eleição de 2018, segundo variáveis socioeconômicas.

Quadro 5: Regressão logística multinomial sobre atitude do eleitor com relação às variáveis do grupo satisfação.

Quadro 6: Regressão logística multinomial das variáveis independentes do grupo confiança sobre atitude do eleitor.

Quadro 7: Regressão logística multinomial sobre atitude do eleitor com relação às variáveis do grupo sociodemográfico.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANOVA	Análise Variância
ARENA	Ação Renovadora Nacional
CESOP	Centro de Estudos de Opinião Pública
CI	Confidence Interval
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
EUA	Estado Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica
IC	Intervalo de Confiança
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Índice de Exclusão Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
min.	Mínimo
NR	Não Respondeu
NS	Não Sabe
OR	Odds Ratio
PNUD/ONU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
VIF	Variance Inflation Factor

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivos	10
1.2 Objetivos específicos	10
1.3 Justificativa	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Modelos teóricos	13
2.2 O debate sobre alheamento eleitoral no caso brasileiro	18
3. AS ELEIÇÕES DE 2018	29
4. METODOLOGIA	34
4.1. Variáveis utilizadas no modelo	34
4.1.1. Variável Dependente: Atitude segundo turno	34
4.1.2. Variáveis Independentes: Satisfação, Confiança, Percepção da Corrupção e Voto obrigatório	36
4.2. Modelo de regressão logística	40
4.2.1. Modelo de regressão logística simples	42
4.2.2. Modelo de regressão logística multinomial	43
4.2.2.1. Pressupostos da regressão logística multinomial	44
4.2.3. Estimativa do modelo de regressão logística	45
4.2.4. Testes de significância	47
5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	48
5.1.1. Análise sociodemográfica da amostra	49
5.2. Satisfação com a democracia	53
5.2.1. Resultados para Satisfação	55
5.3. Confiança nas eleições e nas instituições	57
5.3.1. Resultados para Confiança	58
5.4. Percepção da corrupção e Voto obrigatório	60
5.4.1. Resultados para Percepção da Corrupção e Voto obrigatório	63
5.5. Complemento: Regressão logística multinomial de variáveis sociodemográficas	64
5.6. Teste qui-quadrado de aderência	65
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70
ANEXO	81

1. INTRODUÇÃO

A democracia representativa supõe a participação de todos os cidadãos na vida política através de eleições regulares, livres e justas. As eleições, por sua vez, forjam um instrumento do sistema político através do qual os cidadãos, individualmente, escolhem representantes responsáveis por tomar decisões coletivas e assim conferem legitimidade a este sistema através do voto.

Para uma parcela da população, a participação eleitoral é a única forma de participação política. Mas, no Brasil, votar é uma ação que extrapola o exercício da cidadania, uma vez que a obrigatoriedade do voto faz dele, ao mesmo tempo, um direito e um dever. Mesmo assim, nem todos os cidadãos exercem o seu direito, ou cumprem com a sua obrigação, optando por não comparecer às urnas. Há ainda aqueles que, mesmo comparecendo, se abstém de escolher um representante optando pelo voto branco ou nulo. A abstenção, somada aos votos brancos e nulos compõe o que se entende por alheamento eleitoral.

Os estudos que tratam do fenômeno do alheamento eleitoral se situam em um debate sobre a degradação do sistema democrático. As explicações para o fenômeno são diversas e o debate sobre os impactos que o alheamento pode causar nos regimes democráticos geram divergências entre os cientistas políticos. Para alguns, o alheamento eleitoral é aceitável para a estabilidade da democracia, já para outros é um sinal de problemas relativos à legitimidade do regime.

Este projeto objetiva a compreensão do fenômeno do alheamento eleitoral nas eleições de 2018. O que procuro analisar é a probabilidade de que alguns fatores, como satisfação e confiança por exemplo, tenham influenciado na decisão de não escolher um dos dois candidatos disponíveis no segundo turno das eleições 2018, seja através da abstenção, do voto branco, ou ainda, do voto nulo. A pesquisa proposta objetiva explorar dados de um *survey* pós-eleitoral, o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) 2018. A pergunta que norteia este projeto é: em que nível a satisfação com a democracia, a confiança nas instituições democráticas, a percepção da corrupção e a compulsoriedade do voto contribuíram para o alheamento eleitoral no período de 2018?

1.1 Objetivos

Esta pesquisa busca identificar de que maneira a satisfação com a democracia, a confiança nas instituições democráticas, a percepção da corrupção e a compulsoriedade do voto contribuíram para o alheamento eleitoral no segundo turno das eleições presidenciais de 2018.

1.2 Objetivos específicos

- Pesquisar a produção acadêmica acerca do fenômeno do alheamento eleitoral.
- Levantar e organizar os dados do ESEB 2018.
- Analisar os dados.

1.3 Justificativa

As eleições representam um importante instrumento para a legitimidade dos sistemas democráticos e de formação de governos. Para a maior parte da população, eles são a única forma de participação política regular. Ainda assim, e a despeito do voto ser obrigatório no Brasil, existem os eleitores que optam por não participar das eleições, deixando de comparecer. E também há aqueles que, mesmo comparecendo, deixam de escolher um representante político optando pelo voto em branco ou nulo. “A não participação eleitoral (abstenção), somada àqueles eleitores que comparecem às urnas, mas optam por anular ou votar em branco, caracteriza o que tem sido denominado de alienação eleitoral”¹ (BORBA, 2008, p.135) e se apresenta como um fenômeno crescente em diversas democracias representativas.²

¹ Alienação eleitoral é o termo mais comumente utilizado na bibliografia. Contudo, este trabalho utiliza o termo alheamento partindo do conceito de Paola Novaes Ramos (2009). Segundo a referida autora, embora as palavras alheamento e alienação sejam oriundas do vocabulário latino *alienare*, “Alheamento eleitoral não remete, imediatamente, a uma ausência de consciência/desconexão mental com a realidade, pois é um comportamento. Assim, o termo não está imbuído das complexidades que caracterizam a subjetividade da alienação.” (Ramos, 2009, p.178). Além disso, o alheamento eleitoral não implica necessariamente em alheamento político, já que a política não se restringe às eleições e que alguns grupos se utilizam desta atitude como forma de protesto político. Por fim, alheamento eleitoral não é constituído somente por ausência de participação eleitoral, pois a ausência de participação eleitoral se expressa somente em um dos comportamentos que constituem a categoria, a abstenção, ao passo que votos brancos e nulos expressam a participação com ausência de decisão.

²Costa (2006) apresenta um panorama acerca da participação eleitoral na Europa e Estados Unidos, Silva (2016) apresenta o cenário da participação na América Latina.

A insatisfação dos eleitores brasileiros com a democracia apresenta aumento significativo. Conforme os dados do ESEB, a insatisfação teve uma queda de cerca de 10% de 2006 para 2010. E, de 2014 para 2018 teve um aumento significativo de quase 45%. O gráfico abaixo ilustra o comportamento da satisfação com a democracia ao longo das eleições gerais a partir de 2002.

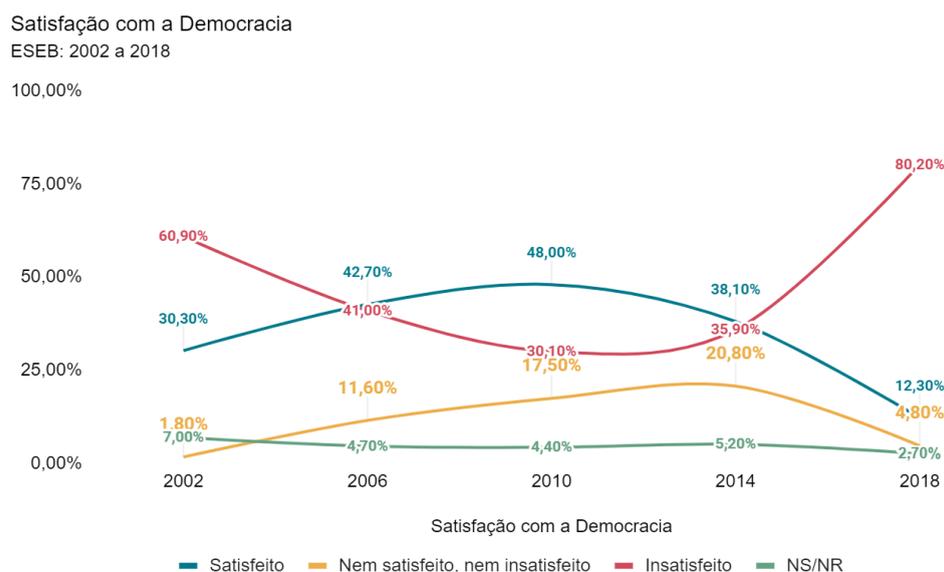


Gráfico 1: Elaborado pela autora a partir dos dados do ESEB de 2002 - 2018³

Ao avaliar os dados eleitorais do TSE, percebe-se um aumento da abstenção e dos votos nulos no mesmo período.

³ Em 2002 participaram da pesquisa 2513 pessoas; em 2006, 1000 pessoas; em 2010, 2000 pessoas; em 2014, 3136 pessoas e; em 2018, 2506 pessoas acima de 16 anos.

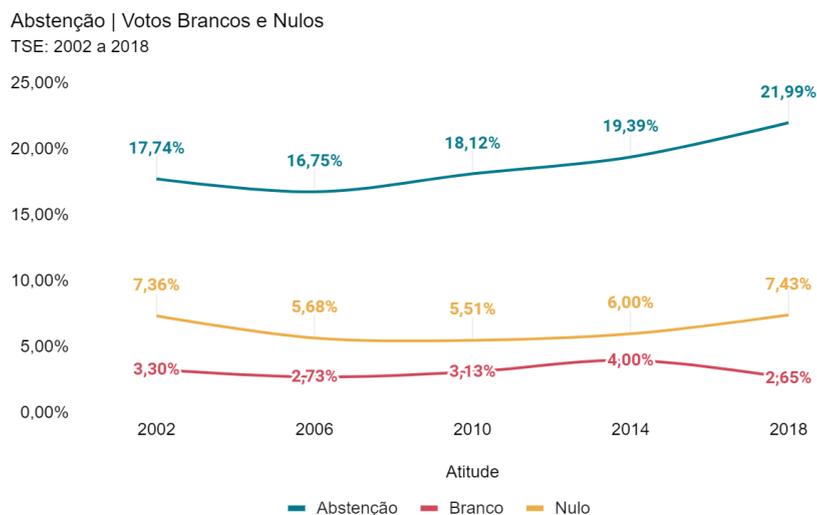


Gráfico 1. Elaborado pela autora a partir dos dados do TSE

Em 2010⁴ 17,74% não compareceram no segundo turno. Nesta eleição, os votos brancos e nulos no segundo turno somaram 10,66% do total de votos. Em 2006⁵ 16,75% não compareceram no segundo turno e os votos brancos e nulos somaram 8,41% do total de votos. No ano 2010⁶, 18,12% não compareceram no segundo turno e os votos brancos e nulos somaram 8,64% do total de votos. Já em 2014⁷, 19,39% não compareceram e votos brancos e nulos somaram 10% do total de votos no segundo turno. Finalmente, no segundo turno de 2018⁸ 21,99% não compareceram e a soma dos votos brancos e nulos foi de 10% do total de votos, maior índice desde 1989.

A partir da exploração dos dados referentes à eleição presidencial de 2018, tentarei compreender alguns elementos que possam ter motivado cerca de 30% do eleitorado a não escolher um dentre os dois candidatos disponíveis no segundo turno. A hipótese, aqui, é que o descrédito das instituições democráticas, a insatisfação com a democracia, a percepção da corrupção e a obrigatoriedade do voto são alguns dos fatores relacionados ao absentismo e ao alheamento eleitoral.

As interpretações dos cientistas políticos a respeito do alheamento eleitoral divergem. Alguns acreditam que “índices de não participação eleitoral são não apenas aceitáveis, mas até mesmo desejáveis para a estabilidade democrática” (ALMOND e VERBA, 1963; LIPSET,

⁴ Em 2002 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contava com 115.253.447 eleitores aptos a votar dentro do país.

⁵ Em 2006 o TSE tinha 125.912.935 eleitores aptos a votar dentro do país.

⁶ No ano 2010 o TSE tinha 135.804.433 eleitores aptos a votar dentro do país.

⁷ Em 2014 o TSE tinha 142.822.046 eleitores aptos a votar.

⁸ Em 2018 o TSE tinha 147.306.275 eleitores aptos a votar,

1967, 2008 apud BORBA, 2008, p.134). Mas também há quem questione a legitimidade de democracias com altos índices de alheamento eleitoral, pois menos participação pode implicar em mais desigualdade política quando os eleitores que votam não representam o todo do eleitorado. Quanto maior o percentual de alheamento eleitoral, “maior espaço haverá para que os menos favorecidos do ponto de vista social também sejam excluídos do ponto de vista político” (COSTA, 2006, p.192).

Além disso, o alheamento eleitoral aumenta à medida que as crises políticas se intensificam (BORBA, RIBEIRO, GIMENES, CASALECHI, 2018, p.130). Dada a intensificação da crise política no país nos últimos anos, a conjuntura crítica e os índices de alheamento eleitoral da eleição de 2018, esta pesquisa se faz relevante a fim de identificar se o descontentamento com o funcionamento do sistema democrático, a desconfiança nas instituições, a percepção de corrupção e a obrigatoriedade do voto são fatores relevante para explicar o fenômeno do alheamento eleitoral com relação a eleição de 2018.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico tratarei brevemente sobre alguns dos principais modelos teóricos que discutem a origem da decisão do voto e o comportamento eleitoral. Os modelos apresentados, referem-se à perspectiva sociológica, psicossociológica e teoria da escolha racional. Em seguida, apresentarei alguns estudos que tratam do fenômeno do alheamento eleitoral.

2.1 Modelos teóricos

COSTA (2006), esclarece que até 1950 houve pouco desenvolvimento de estudos sobre comportamento eleitoral, sendo que estes dispunham apenas de dados agregados de ordem eleitoral, econômica e demográfica e por isso eram tipificados como ecológicos e vinculados à sociologia eleitoral. Foi a partir de 1940 que os estudos eleitorais adquiriram um refinamento ao aderir técnicas estatísticas e pesquisas de opinião que organizavam características, atitudes, comportamentos e opiniões dos eleitores. A partir de então, o comportamento eleitoral passou a compor uma área vasta da Ciência Política.

O objetivo dos estudos do comportamento eleitoral é entender as motivações dos eleitores votarem e, ao votarem, decidirem entre um candidato em detrimento de outro. Diferentes abordagens disputam entre “a fonte originária que leva à decisão do voto” (FIGUEIREDO, 2008, p.17). Entretanto, todas elas concordam que os indivíduos são constituídos por distintas histórias sociais dadas em determinadas condições. Tais condições refletem um conjunto de fatores que apresentam impacto na decisão do voto, como escolaridade, renda, religião, localização demográfica, idade, sexo etc. Esse conjunto de fatores, por sua vez, mobiliza distintos sistemas de crenças que são expressos, ou ao menos influenciam na tomada de decisão dos eleitores, na hora de votar. Os modelos teóricos do comportamento político levam em consideração a existência destes fatores, divergindo apenas no ponto de partida da análise, ou seja, na ordenação dos fatores que influenciam o comportamento e a decisão voto, bem como na identificação do principal elemento responsável pela motivação e ação política (FIGUEIREDO, 2008). Os principais modelos teóricos podem ser resumidos à perspectiva sociológica, à perspectiva psicossociológica e aos modelos inspirados pela teoria da escolha racional.

Entre 1940 e 1950, desenvolveu-se, na Universidade de Columbia, a teoria sociológica do voto, ou, o Modelo de Columbia. Um grupo de pesquisadores liderados por Paul Lazarsfeld realizou pesquisas em eleições presidenciais que objetivavam compreender a influência da mídia na escolha do voto. Os resultados das pesquisas foram apresentados em duas obras intituladas *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign* (1944) e *Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign* (1954), sendo o segundo livro um aprofundamento dos estudos apresentados no primeiro. Tais estudos apontaram que a mídia tinha pouca influência na escolha do voto e que predominavam predisposições dos eleitores, sendo estas predisposições resultados dos contextos sociais em que os eleitores estavam inseridos (SILVA, 2016). Além disso, constataram que a maioria das pessoas não tinha interesse e conhecimento por política e definiam seu voto na interação com as outras pessoas do seu grupo social com interesses e características semelhantes ao invés de fundamentado na razão.

Em 1967, Seymour M. Lipset publicou uma obra clássica desse modelo que se ocupa de analisar o contexto social e político dos eleitores. Conforme Figueiredo (2008), essa análise se dá a partir do nível de desenvolvimento e modernização de cada sociedade. As divisões sociais provocam divisões políticas que, por sua vez, provocam distintos resultados

políticos entre os grupos, seja ao decidir se vão votar ou ao decidir em quem vão votar. Neste modelo, o nível de instrução, raça, renda, ocupação, contexto político e contexto social determinam divisões refletidas nos contextos de interação social dos indivíduos e grupos. Ao mesmo tempo, estes grupos sofrem influência da mídia, dos partidos, do governo e da conjuntura em um nível mais amplo. O modo como estes fatores se relacionam resulta em maior ou menor interesse e familiaridade com a política, que por sua vez determina o interesse-desinteresse nas disputas eleitorais e estabelece a escolha de votar ou não.

Em *Beyond SES: A Resource Model of Political Participation* (1994), Brady, Verba e Schlozman corroboram com o raciocínio de causalidade entre status socioeconômico e participação política argumentando que o status socioeconômico influencia a participação, mas sem recorrer ao interesse e familiaridade com política, uma vez que é difícil estabelecer se as motivações influenciam a participação ou se a participação estimula as motivações. “[...] em termos de participação política, a posse de certos recursos e o desenvolvimento de certas habilidades tornam o indivíduo apto a participar de determinadas modalidades de participação política, em detrimento de outras.” (SILVA, 2016, p.36).

Na perspectiva sociológica, o comportamento político é um resultado da relação entre a origem e a intensidade da interação dos indivíduos nos grupos sociais que integram, as opiniões que constroem nesta interação e o nível de desenvolvimento da sociedade na qual este eleitor está inserido. Quanto mais integrado um indivíduo estiver, maior a diversidade de estímulos políticos e sociais que ele vai receber, pois está mais exposto às informações. Assim, a escolha do voto do eleitor é determinada pelas características sociais e econômicas dos grupos em que este eleitor está inserido. Através das interações nestes grupos e das mudanças estruturais que ocorrem na sociedade o eleitor pode mudar de opinião. Isso porque “primeiro é necessário haver interação para a seguir, formarem-se opiniões e ocorrerem comportamentos” (FIGUEIREDO, 2008, p.49). Portanto, quanto mais integrado estiver o eleitorado, maior será a probabilidade de ele votar.

Na Universidade de Michigan, EUA, um grupo de pesquisadores liderados por Angus Campbell elaborou um modelo de explicação do comportamento eleitoral cuja unidade de análise são os indivíduos. Os pesquisadores realizaram pesquisas *surveys* nas eleições presidenciais de 1952 e 1957 para “compreender os fatores psicológicos, sociológicos e políticos que incidiram nas opções dos eleitores” (SILVA, 2016, p.38), as pesquisas resultaram na publicação do livro *The American Voter* (1960). Para estes pesquisadores, o

comportamento eleitoral expressa um sistema de valores que se origina do processo de socialização e do meio social ao qual os indivíduos são expostos. Com o objetivo de explicar as oscilações na participação eleitoral, focaram nas atitudes políticas que provocam o comportamento político. Para eles, as atitudes são formadas ao longo da vida pelo processo de socialização e não por uma relação entre status socioeconômico e meio social. Assim, o comportamento eleitoral expressa as influências sociais mediadas pelas atitudes políticas.

A chamada teoria psicossociológica do voto, ou Modelo de Michigan, foca nas atitudes do eleitor que são desenvolvidas durante a sua socialização política ao longo do tempo e que forja uma identificação partidária que combina com suas atitudes. A socialização política, por sua vez, ocorre em um ambiente social que possui valores e crenças que são cristalizadas pelos indivíduos. Conforme Figueiredo (2008, p.29), “[...] uma vez formadas, as atitudes, opiniões e ideias a respeito do mundo social são relativamente estáveis no tempo; mais importante ainda, tendem a inter-relacionar-se com outras que sejam logicamente consistentes com as anteriores.” Quanto mais intensa for a identificação partidária do eleitor, maior será a propensão de ele participar das eleições. A identificação partidária confere estabilidade ao sistema político, pode influenciar a participação eleitoral ou ser influenciada por ela e, para avaliar a abstenção eleitoral, faz-se necessário analisar as crenças e atitudes que os eleitores têm a respeito deste sistema (SILVA, 2016).

Dessa maneira, os indivíduos estabelecem uma identificação com um partido ou candidato que expressem uma opinião parecida com a sua. Essa identificação, por sua vez, tende a ser mais estável ao longo do tempo, mas não implica, necessariamente, em engajamento político. Nesse sentido, os indivíduos desenvolvem dois sistemas que interagem entre si formando um “campo de forças psicológicas” (FIGUEIREDO, 2008, p.38): o sistema de crenças que norteiam sua identidade partidária e configura a predisposição de agir em uma determinada direção, e o sistema atitudinal que oscila constantemente entre engajamento e alheamento configurando a predisposição para agir politicamente ou não.

Anthony Downs (1999), partindo das definições gerais de Schumpeter⁹, formula um modelo do comportamento eleitoral dos eleitores e dos partidos no livro *Uma Teoria Econômica da Democracia* (1957). Para o autor, existe uma racionalidade desses eleitores a

⁹ Em 1942, Joseph Schumpeter publicou *Capitalismo, Socialismo e Democracia* lançando uma das primeiras interpretações do processo eleitoral como um mercado. Sua definição de democracia é minimalista, exclusivamente prática, e sua função é apenas delimitar um método para a escolha dos governantes com um conjunto de regras que estabelecem como escolher aqueles que desejam tomar as decisões políticas.

partir de uma renda de utilidade, ou seja, a comparação entre os benefícios que obteve com o governo atual em relação aos benefícios que poderá obter com o governo de oposição. A partir dessa comparação, o eleitor encontra as diferenças partidárias, avalia os seus desempenhos e estabelece suas preferências por um determinado partido. Segundo o modelo de Downs, cada partido apresenta ao eleitor sua ideologia e o eleitor escolhe aquele que prefere de acordo com os seus interesses.

Um homem racional é aquele que se comporta como se segue: (1) ele consegue sempre tomar uma decisão quando confrontado com uma gama de alternativas; (2) ele classifica todas as alternativas diante de si em ordem de preferência de tal modo que cada uma é ou preferida, indiferente, ou inferior a cada uma das outras; (3) seu ranking de preferência é transitivo; (4) ele sempre escolhe, dentre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar em seu ranking de preferência; e (5) ele sempre toma a mesma decisão cada vez que é confrontado com as mesmas alternativas. Todos aqueles que tomam decisões racionalmente no nosso modelo – inclusive partidos políticos, grupos de interesse e governos – mostram as mesmas qualidades. (DOWNS, 1999, p.28)

A tese de Downs visa fornecer essa regra de comportamento, considerando que os governos democráticos agem racionalmente para maximizar o apoio político. Por ação racional ele se refere ao comportamento planejado dos atores políticos dentro de uma estrutura democrática que permite a existência de partidos de oposição, uma atmosfera de graus variáveis de incerteza e um conjunto de eleitores metódicos. A eleição é uma forma de alcançar as metas pessoais e ser eleito é seu primeiro objetivo.

A racionalidade assim definida se refere a processos de ação, não a seus fins ou até mesmo a seus êxitos em alcançar os fins desejados. [...] já que o comportamento no nosso modelo não pode ser testado por seus resultados, aplicamos o termo racional ou irracional apenas a processos de ação, isto é, a meios. (Ibid)

Cada cidadão vota no partido que ele acredita que lhe proporcionará mais benefícios do que qualquer outro (Ibid, p.57). No processo de tomada de decisão, os benefícios que os eleitores irão considerar são os fluxos de benefícios obtidos a partir da atividade governamental. Neste modelo, cada cidadão vota no partido que ele acredita que lhe proporcionará uma maior renda de utilidade do que qualquer outro até o próximo período eleitoral, caso não ache que qualquer um dos partidos apresente maior renda de utilidade o

eleitor se abstém. Aqui, os fatores sociais e psicológicos podem aumentar o custo do voto, por isso, analisa-se a relação custo-benefício sem necessidade de analisar variáveis sociais ou psicológicas.

[...] todo eleitor toma suas decisões quanto ao voto através da comparação de variados fluxos reais e hipotéticos de renda de benefício. Para decidir qual o impacto de cada ato governamental sobre sua renda, ele o avalia como bom ou mau à luz de sua própria visão da “boa sociedade”. Esse procedimento é racional porque cada cidadão, em nosso modelo, vê o governo como um meio de conquista da boa sociedade, tal como ele a vê. (Ibid, p.67)

2.2 O debate sobre alheamento eleitoral no caso brasileiro

Os estudos sobre abstenção e votos brancos e nulos se situam dentro de um debate mais amplo que diz respeito à tese de desestruturação do sistema partidário, no Brasil, mobilizada a fim de explicar a crise que resultou no golpe civil militar em 1964. Outros estudos se debruçaram sobre a democracia de 1946 - 1964, elaborando explicações que divergiam daquelas sobre abstenções e votos brancos/nulos para discorrer sobre a saúde do regime.

Os estudos eleitorais caracterizam a abstenção eleitoral como a ausência do exercício do direito de sufrágio ativo (LAGUNA, 2004 apud COSTA, 2006, p.10). O alheamento eleitoral é, geralmente, definido como a soma das abstenções com os votos brancos e nulos. As causas do alheamento eleitoral são diversas e os modelos explicativos que tentam explicá-lo também. Adiante, serão abordados alguns estudos sobre o caso específico brasileiro a fim de compreender minimamente como se situa o debate sobre alheamento eleitoral no Brasil.

Schwartzman (1988) desenvolveu alguns estudos (1971, 1975 e 1988) que apontavam o aumento dos votos brancos e nulos como um sintoma da insatisfação dos eleitores com o sistema eleitoral. Para ele, a modernização da base social do país tornou o sistema partidário artificial, pois prevalecia um sistema de cooptação em detrimento do sistema de representação político-partidária. O autor observou o fenômeno dos votos brancos e nulos para a Presidência e Câmara Federal (de 1945 a 1960) e votação de Candidatos à Câmara dos Deputados (1962) e concluiu que a escolha pelo presidente gera mais personalismo e incentiva uma maior

participação eleitoral por parte dos eleitores. Para Schwartzman, os votos brancos e nulos expressam “falta de interesse e motivação para com o sistema eleitoral” e distanciamento do sistema político partidário dos interesses dos eleitores (SCHWARTZMAN, 1988 apud SILVA, 2016, p.146).

Maria do Carmo Campelo de Souza (1976) teceu críticas a Simon Schwartzman afirmando que suas conclusões sugerem que os votos brancos e nulos dos eleitores “constituem manifestação de comportamento político, não anômico, mas ‘moderno’, de protesto mesmo” (SOUZA, 1976, p.161). Para ela, a relação entre eleitores inscritos e votantes tem pouca importância porque o voto é obrigatório. Salienta que os dados disponíveis não permitiam somente a interpretação de descontentamento, pois diferentes contextos regionais podem apresentar distintos elementos motivadores dos votos brancos e nulos, mas os dados excessivamente agregados não permitiam desagregação em nível inferior de estado. Além disso, o crescimento do eleitorado e a inclusão de grupos marginalizados e despossuídos são fatores ignorados por Schwartzman, que analisa o crescimento dos votos brancos e nulos unicamente como uma consequência dos processos de modernização. Campelo de Souza considera um erro de Schwartzman interpretar as motivações dos eleitores a partir de dados agregados, para ela os votos brancos e nulos resultam de uma estrutura estatal centralizada e patrimonialista que estruturou um sistema político com pouca representação de grupos e classes sociais (ibid).

Adiante, Lavareda (1991) analisou a hipótese de que votos brancos e nulos representavam uma forma de protesto dos eleitores diante do sistema político nas eleições que ocorreram entre 1945 e 1962. Os resultados da pesquisa apontaram que, para os cargos de vice, os votos brancos e nulos alcançaram resultados ainda maiores do que os expostos por Schwartzman. Entretanto, afirma que este percentual pode estar relacionado com o grau de importância que os eleitores atribuem para cada cargo em disputa. Lavareda destaca que os votos brancos e nulos não tiveram uma evolução ascendente ao longo das eleições analisadas, de modo que seis dos oito cargos avaliados durante a pesquisa apresentaram queda seguida de crescimento - o que torna o fenômeno dos votos brancos e nulos algo mais complexo do que simples protesto. O autor conclui afirmando que as taxas de votos brancos e nulos representam “[...] antes a perda da visibilidade da importância relativa desses espaços institucionais do que uma rejeição ao sistema político como um todo ou ao sistema partidário em especial” (LAVAREDA, 1991 apud SILVA, 2016, p.127).

Em 1964, o golpe civil militar instaurou um regime autoritário que, dentre outras arbitrariedades, implantou o bipartidarismo entre o ARENA, partido formado pelos apoiadores do regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido da oposição. Neste período ocorreram poucos estudos sobre absenteísmo e votos brancos e nulos, que só foram retomados com maior produção em 1980. Lamounier dedicou-se a observar o período entre 1970 e 1978 com o objetivo de agregar outras variáveis, além da insatisfação urbana, relacionadas aos votos brancos e nulos. Analisou as eleições para o Senado, a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa da cidade de São Paulo em 1970, 1974 e 1978 dividido em áreas socioeconômicas homogêneas e, em seus resultados constatou que quanto mais pobre for a região, maiores serão os índices de votos brancos e nulos (SILVA, 2016).

Em *Crise e Castigo: Partidos e Gerais na política brasileira* (1987), Wanderley Guilherme dos Santos se debruçou sobre o fenômeno das abstenções somadas aos votos brancos e nulos, ao que nomeou de “alienação eleitoral”. Neste trabalho, Santos analisa as taxas de alheamento eleitoral por região para as eleições presidenciais realizadas entre 1945 e 1960; eleições para governadores realizadas entre 1947 e 1965 e; as eleições para a Câmara Federal realizadas entre 1945 e 1982. Os resultados apresentados por Santos apontam que as taxas de alheamento eleitoral para os cargos Executivos (nacional e estadual) se destacavam nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e tiveram percentuais mais altos no período democrático entre 1945-1964. Norte e Centro-Oeste também se destacaram com relação às taxas de alheamento eleitoral para o Legislativo Nacional, a partir de 1970 o Nordeste também passou a apresentar índices relevantes. Para explicar a diferença entre as taxas das regiões, Santos corrobora com Huntington e Nelson (1976)¹⁰

[...] quanto mais atrasada economicamente é uma população, ou região, menos confiança terá a população no processo participativo, inclusive o eleitoral. O sentimento de impotência diante do mundo e a crença de que o voto não irá alterar em coisa alguma o destino que as aguarda, tenderia a elevar a taxa de absenteísmo dessas populações, quando comparadas com as taxas de populações mais desenvolvidas (SANTOS, 1987 apud SILVA, 2016, p.130).

¹⁰ Em seus estudos defendem a tese da relação entre alienação individual e ausência de eficácia e competências políticas perceptíveis. “Para os autores é muito provável que aqueles que se sentem eficaz politicamente participem mais da política do que os que não se sintam assim. Analisando dados comparativos de diversos países, concluiu-se que diversos indivíduos com status mais elevado tendem a participar mais ativamente da política havendo uma correlação positiva entre educação e comparecimento às urnas” (COSTA, 2006, p.105)

Em seus estudos, Santos (1987) verificou que o aumento da taxa de alheamento eleitoral é independente das ações do governo e dos ciclos de progresso e retração econômica. Antes disso, são determinadas pelo “retorno esperado do voto”, conceito utilizado por Huntington e Nelson, “associado à institucionalização do respeito aos resultados eleitorais” (COSTA, 2006, p.106). Santos compreende o “retorno esperado do voto” como credibilidade do processo político eleitoral. “Quanto maior for a incerteza de que os desdobramentos do processo político se fará de acordo com os resultados eleitorais, tanto maior o peso da dimensão ‘retorno esperado do voto’, e tanto maior o incentivo à alienação” (SANTOS, 1987 apud SILVA, 2016, p.45). Assim, o descrédito conferido pelos eleitores ao processo político vigente durante uma eleição, não permite, a realização de cálculos confiáveis sobre o “retorno esperado do voto” por estes eleitores, fazendo com que a não participação eleitoral e o alheamento eleitoral se apresentem como a melhor opção em um cenário de incertezas.

Para Santos (1987), a fragmentação partidária e o número de partidos não têm relação com o alheamento eleitoral, pois mais competitividade eleitoral tende a gerar mais participação dos eleitores. Aponta também que a obrigatoriedade do voto não implica necessariamente em participação política, o que comprova a partir dos dados apresentados, e comparando o Brasil com outros países onde o voto é obrigatório e onde o voto é voluntário, constata que a obrigatoriedade do voto não elevou a participação eleitoral dos brasileiros aos níveis de participação de países desenvolvidos. Os dados disponíveis não afirmavam que a situação econômica interferia no alheamento eleitoral, assim, o autor propõe como explicação, o indicador político de credibilidade dos processos eleitorais “[...] no Brasil, quanto maior a incerteza do significado político efetivo do processo eleitoral, menor o retorno esperado e maior a taxa de alienação” (SANTOS, 1987 apud COSTA, 2006, p.55). Nesse sentido, o pressuposto de Santos é o cálculo que o eleitor realiza com base no valor do voto. E, pode-se deduzir que, quanto maior a credibilidade do processo eleitoral e das instituições vigentes, maior será a participação do eleitorado, ao passo que, quanto maior é a taxa de alheamento eleitoral, maior é a rejeição do contexto político e instituições vigentes.

Lima Júnior (1993) fez algumas objeções a Santos, principalmente pelo fato de analisar as abstenções e os votos brancos e nulos como um único fenômeno determinado pelas mesmas bases causais. Para Lima Júnior

[...] o que leva o eleitor a se abster não é exatamente o que leva o eleitor a votar em branco ou a anular o voto. A taxa de alienação é, evidentemente, importante atributo do sistema eleitoral, considerada tal como foi definida, além de ter conseqüências

próprias para o funcionamento do sistema democrático. Deve, no entanto, ser decomposta: abstenção, por um lado, e brancos e nulos, por outro.” (LIMA JÚNIOR, 1993, p.101)

Lima Júnior (1993) decompõe a taxa de alheamento a fim de analisar separadamente o fenômeno das abstenções e dos votos brancos e nulos, pois antes de decidir como votar o eleitor decide se vai, ou se pode, ir até a cabine eleitoral. Existem fatores físicos, como o grau de urbanização e a dimensão territorial, que podem facilitar ou dificultar o acesso às urnas. Ao analisar os dados de Santos, Lima Júnior testa duas hipóteses, a primeira delas infere que fatores físicos refletem nas abstenções e, a segunda, de que atributos socioeconômicos individuais (como a renda e escolarização) se relacionam com as abstenções e os votos brancos e nulos. Com relação ao absenteísmo, concluiu que quanto maior a extensão territorial do distrito mais altas são taxas de abstenção; quanto maior o grau de urbanização menor a taxa de abstenção e; quanto maior o índice de analfabetismo maior o índice de abstenção. Assim, a obrigatoriedade do voto e a extensão do voto aos analfabetos não trouxeram igualdade aos brasileiros, pois não há igualdade de acesso à efetiva realização dos seus direitos, como o acesso à escola e as cabines eleitorais. Quanto aos votos brancos e nulos, concluiu que quanto maior o território, menor o índice de votos brancos e nulos e quanto maior a taxa de analfabetismo maior será a taxa de votos brancos e nulos.

Para Lima Júnior (1993), estes achados corroboram com a interpretação de Santos sobre o significado político do processo eleitoral, uma vez que se referem aos custos a que os eleitores estão sujeitos, sejam de ordem física ou social. Ao mesmo tempo, salienta a desigualdade de acesso ao voto

Há barreiras de natureza física e social que, evidenciando a desigualdade reinante no País, devem ser eliminadas, sob pena de continuarmos a conviver com cidadãos de primeira e de segunda categoria. Levar o sufrágio universal às suas últimas conseqüências - como se fez com a permissão do voto do analfabeto - é apenas o primeiro passo. A eliminação dessa barreira é condição para o aperfeiçoamento das instituições democráticas. (LIMA JÚNIOR, 1993, p.106)

Jairo Nicolau (2002, 2004) também faz algumas contribuições sobre a forma de analisar o alheamento eleitoral e sobre algumas conclusões acerca da sua dimensão. O autor alerta que, ao se trabalhar com o número de eleitores inscritos, muitas vezes trabalha-se com dados desatualizados, pois até 1985 o cadastro eleitoral não era informatizado permitindo a

ocorrência de fraudes no cadastramento, além disso os registros de eleitores mortos não eram retirados da lista. Em 1955 introduziu-se o título eleitoral com identificação, foto e a seção onde o eleitor deveria se dirigir para votar. Os recadastramentos realizados em 1956/58 foram realizados seguindo esse novo direcionamento do título eleitoral e foram eliminados eleitores mortos e com mais de um cadastro.

A eliminação dos eleitores mortos ou com mais de um registro produziu um decréscimo de 8,7% no eleitorado brasileiro $\frac{3}{4}$ que caiu de 15.086.125 em 1954, para 13.774.462 em 1958 $\frac{3}{4}$, apesar do crescimento da população no mesmo período. (NICOLAU, 2002, p.28)

Em 1986 o registro de eleitores foi informatizado, embora tenha reduzido o número de fraudes, não resolveu o problema da permanência de eleitores mortos no cadastro. Essa atualização é prevista pelo Código Eleitoral (Lei nº 4737, de 1965) e determina que os oficiais do registro civil devem enviar a comunicação dos óbitos ocorridos ao juiz da zona eleitoral até o dia 15 de cada mês, contudo essa atualização é precária (NICOLAU, 2002). Em publicação mais recente, Nicolau (2020, p.35) afirma que o recadastramento eleitoral expandido em 2017 atualizou as informações sobre o eleitorado, conferindo mais fidelidade aos dados do TSE de 2018.

Outro ponto de atenção esclarecido por Jairo Nicolau é o alto índice de abstenções justificadas, realizadas na data da eleição ou após trinta dias da sua realização. Os índices elevados de abstenções justificadas apontam que estudos realizados unicamente sobre a tese da abstenção como protesto precisam ser revisados, pois não faz sentido que alguém que não comparece com o objetivo de protestar acabe justificando a ausência (NICOLAU, 2002). O autor também analisa o número de eleitores em comparação com a população adulta, e constata que em 1996 havia quinze estados com mais eleitores do que população adulta, dado que evidencia incongruência nos cadastros. E propõe uma análise que calcule o comparecimento como proporção da população em idade de voto, e não do cadastro de eleitores, justificando que devido aos erros de cadastro esta proposta de análise é mais adequada. Ao analisar, verifica que quando o comparecimento é analisado sobre o número de inscritos no cadastro eleitoral apresenta “um leve e contínuo declínio desde 1986.” (NICOLAU, 2002, p.33). Entretanto, quando se observa o comparecimento eleitoral a partir da proporção dos cidadãos em idade de votar, revela-se um crescimento contínuo do

comparecimento. Ao comparar a taxa de participação eleitoral do Brasil com a de outros países, Nicolau conclui que não existe anormalidade.

Com relação aos votos brancos e nulos, Nicolau (2002) avaliou os votos para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas em 1994 e 1998. Constatou que os votos brancos e nulos diminuíram consideravelmente após a implementação da urna eletrônica e “provavelmente o voto eletrônico estimulou mais eleitores a votarem (redução dos votos em branco), facilitou a votação e reduziu a taxa de votos inválidos por erro (redução dos votos nulos)” (NICOLAU, 2002, p.43). Por fim, compara a taxa de votos brancos e nulos do Brasil com as de outros países e verifica que, de fato, as taxas de votos inválidos são mais elevadas no Brasil. Apesar de concordar com as teses que atribuem níveis elevados de votos brancos e nulos à compulsoriedade do voto, Nicolau sugere que a combinação de uma cédula complexa com um índice muito elevado de eleitores de baixa escolaridade pode ter refletido nos índices de votos inválidos do Brasil, uma vez que nos locais que já haviam adotado a urna, as taxas de votos brancos e nulos foram menores.

Costa (2006), parte da constatação de uma crise da representação que se expressa no descrédito da política e das instituições democráticas. Através de revisão bibliográfica, o autor demonstra que o alheamento eleitoral é um fenômeno que ocorre no plano internacional, e não somente em países em desenvolvimento. Para realizar sua análise sobre o alheamento eleitoral nas quatro eleições gerais que ocorreram entre 1989 a 2002, Costa estabeleceu uma relação entre o crescimento dos votos brancos, nulos e abstenções com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹¹, o Índice de Exclusão Social (IES)¹², a extensão territorial e a densidade eleitoral¹³. O pesquisador analisou os votos brancos e nulos separados das abstenções testando a hipótese de que “[...] a variação na taxa de votos brancos e nulos é dependente da variação nos indicadores socioeconômicos de cada Estado, e que a variação na abstenção depende principalmente da extensão territorial e da densidade eleitoral” (COSTA, 2006, p.130).

Em seus estudos, Costa (2006) observou que as condições socioeconômicas, definidas pelo IDH e IES, explicam a maior parte dos votos nulos e brancos, quanto menor o IDH,

¹¹ O IDH compõe o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) e é formado por uma média ponderada de indicadores de educação, saúde e renda.

¹² O IES foi desenvolvido por Pochmann e Amorim (2003) ampliando os indicadores relativos ao IDH para pobreza, emprego formal, desigualdade social, vulnerabilidade juvenil, alfabetização, escolaridade e violência.

¹³ Conforme Costa (2006, p.128), “[...] densidade eleitoral é a relação entre o total de eleitores inscritos, dividido pela extensão territorial.”

maior o índice de votos nulos. Grande parte dos votos brancos são explicados pelo IDH e pela densidade eleitoral. A abstenção eleitoral, por sua vez, é determinada, principalmente, pelo IES e pela extensão territorial. Salienta, ainda, que cada eleição incorpora novos fatores e que as variáveis escolhidas “não são as únicas possíveis e tampouco, por si só, explicam as taxas de alienação eleitoral” (COSTA, 2006, p.188). Apesar de considerar as referidas variáveis relevantes, o autor sugere que elas precisam ser analisadas com outros fatores, pois não é possível compreender o alheamento eleitoral através de uma única perspectiva teórica

[...] outros fatores também são importantes para compreender a taxa de alienação eleitoral: aspectos institucionais (o voto obrigatório); conjunturais (eleições mais concorridas, como em 1989 e 2002, com dois turnos, são mais participativas e, portanto, com menor taxa de alienação eleitoral); e também a mídia, que tem papel importante, especialmente em relação à cobertura do processo eleitoral (quanto maior a cobertura, maior a participação eleitoral – pelo menos no que se refere aos anos analisados na pesquisa).

Da mesma forma, apenas o fator extensão territorial não explica toda a abstenção [...] mas, na análise dos dados agregados, esta variável aparece como um fator relevante (as maiores taxas ocorrem justamente nos Estados e regiões de maior extensão territorial – Centro Oeste e Norte. (COSTA, 2006, p.189)

Costa (2006) conclui afirmando que a descrença nos partidos, nos políticos e na representação política também deve ser inserida no quadro geral de análise. Considerando que o crescimento do alheamento eleitoral não é um fenômeno exclusivo do Brasil ou da América Latina, já que também é identificado em democracias consolidadas como na Europa, questiona a qualidade e os limites da democracia em países que apresentam altos índices de alheamento eleitoral. Constata que no contexto latino-americano a democracia social não se aprofundou “Os países, de maneira geral, não tem conseguido conter o crescimento da pobreza e da exclusão social, o que certamente provoca impacto no processo eleitoral” (COSTA, 2006, p.192). Se por um lado não existem comprovações empíricas de que a baixa participação eleitoral pode causar instabilidade aos regimes democráticos, por outro pode trazer questionamentos quanto à legitimidade dos governos, já que uma porção limitada dos eleitores participam do processo eleitoral escolhendo um candidato.

Contribuindo com o acréscimo de outras teorias para a compreensão do alheamento eleitoral, Borba (2008) aponta para a importância da cultura política na compreensão do fenômeno. O autor analisou a influência de variáveis socioeconômicas e de variáveis

atitudinais sobre os votos brancos e nulos e sobre as abstenções. As variáveis socioeconômicas estabelecidas para a pesquisa foram idade, sexo, escolaridade, população econômica ativa e renda familiar. Já as variáveis atitudinais foram elaboradas pelo autor a partir da construção de alguns índices

[...]o índice de satisfação com as instituições políticas, o índice de eficácia política, o índice de satisfação com a democracia, o índice de informação e o índice de clientelismo. Para analisar os dados socioeconômicos, fizemos o cruzamento com cada uma das variáveis dependentes e os respectivos testes de associação. O mesmo foi feito com os índices, para os quais também aplicamos a análise de variância (ANOVA), tendo em vista verificar a consistência e significância dos dados. (BORBA, 2008, p.148)

Os resultados dos estudos de Borba (2008) corroboram com Costa (2006), no que diz respeito à influência das variáveis socioeconômicas, quanto mais elevada a renda e escolaridade do eleitor menor será a probabilidade de abstenção. Com relação às variáveis atitudinais, se a abstenção não aponta nenhuma relação com o modo como os eleitores percebem a política e as instituições, o mesmo não ocorre quando se observa os votos brancos e nulos. Os eleitores mais insatisfeitos com a democracia e com funcionamento das instituições tendem a anular ou votar em branco, enquanto aqueles que manifestam sentimento de eficácia política não apresentam este mesmo comportamento, nesse sentido os dados corroboram com as teses de protesto. Quanto ao clientelismo, Borba (2008, p.152) afirma que “quanto mais o indivíduo aceita o clientelismo, menores são as possibilidades de ele escolher entre as ofertas do mercado político.”

Borba et al (2014) analisaram ainda, as bases cognitivas e atitudinais dos votos brancos e nulos em 2010 a fim de identificar se estes votos expressam a insatisfação de eleitores de baixa sofisticação com a economia e com a política. Os autores alertam para as limitações impostas pelos dados, pois o *Survey* utilizado tratava de uma pesquisa pré-eleitoral, assim não se referia a um comportamento que os entrevistados já haviam tido, mas sim à uma intenção futura que poderia mudar no decorrer da campanha eleitoral. As variáveis socioeconômicas escolhidas para a pesquisa foram sexo, idade e escolaridade. Com relação às variáveis atitudinais, avaliou-se o índice de confiança institucional e no processo eleitoral. Já as variáveis relacionadas à economia, criaram o índice de avaliação da economia.

Em seus resultados, Borba et al. (2014) verificaram que o gênero não tem influência sobre a escolha de votar em alguém ou votar em branco e anular. Também constataram que quanto mais velha uma pessoa for, menor é a possibilidade de ela anular o voto ou votar em branco. A tese da baixa cognição não pode ser testada dada a ausência de significância da escolaridade. Mais uma vez, as medidas de confiança nas instituições foram capazes de explicar os votos brancos e nulos. E as medidas de avaliação da economia também permitiram afirmar que “quanto pior é a interpretação dos eleitores sobre a situação econômica do país e sua situação pessoal, maior é a chance de que seus votos sejam anulados ou em branco” (SILVA, R.; GIMENES, E. R.; BORBA, J.; RIBEIRO, 2014, p.74). Esses resultados sugerem que, em alguma medida, os votos brancos podem expressar uma forma de protesto dos eleitores insatisfeitos com as instituições, com a democracia e com a economia. Por fim, os autores testam se a participação dos entrevistados em manifestações e protestos é influenciada pelas mesmas variáveis que influenciam os votos brancos e nulos. A análise apontou que os votos nominais e a participação em protestos possuem preditores diferentes, de modo que a participação em protestos é um comportamento mais presente em eleitores de maior escolaridade.

Enquanto os votos brancos e nulos possuem um claro componente de insatisfação, que aqui associamos hipoteticamente ao protesto por meio do voto, o envolvimento em manifestações se apresenta fortemente relacionado à centralidade social do indivíduo. Mais do que estar descontente com o sistema político ou com o funcionamento da economia, o indivíduo que protesta é aquele possuidor de recursos educacionais que estão tradicionalmente relacionados à posse de recursos materiais de várias ordens. (SILVA, R.; GIMENES, E. R.; BORBA, J.; RIBEIRO, 2014, p.76)

Silva (2016), se debruçou sobre o alheamento eleitoral nos países da América Latina. Ao tratar sobre o caso brasileiro, avaliou de modo separado as abstenções e os votos brancos e nulos nas eleições de 2010. Os resultados obtidos no modelo testado para as abstenções apontaram que não ter completado o ensino fundamental, o sentimento de ineficácia política, não ter comparecido na última eleição e ser eleitor em idade de voto facultativo aumentam as chances de abstenção dos eleitores. O modelo de votos brancos e nulos para cargos de presidente e deputado federal constatou que a satisfação com as políticas setoriais, a percepção de que o país está mais democrático, nível de instrução mais elevado, assistir jornal, conhecer políticos de expressão nacional e saber a qual partido eles pertencem,

acompanhar as eleições, perceber diferenças entre os candidatos e ter preferência por um partido diminuem as chances dos eleitores anular ou votar em branco.

Em seguida, Silva testou as abstenções em uma situação hipotética de voto facultativo. Os resultados indicam que perceber ineficácia política, ter preferência por um partido, estar satisfeito com a democracia e apoiar a democracia influenciam o não comparecimento dos eleitores nas urnas caso o voto não fosse obrigatório. Por fim, identificou que quanto mais distante o cargo legislativo está do contexto local dos eleitores, maior é o percentual de votos brancos e nulos.

Finalmente, Paola Novaes Ramos propõe uma reflexão sobre significado das abstenções e dos votos brancos e nulos na teoria contemporânea a partir de autores clássicos como Giovanni Sartori, Seymour Lipset, Samuel Huntington e Gabriel Almond e Sidney Verba em discussão com autores críticos como Pateman, Macpherson e Bourdieu. Ramos (2009) inicia a discussão diferenciando o conceito de alheamento eleitoral do termo alienação pois, apesar das palavras alheamento e alienação serem oriundas do vocábulo latino *alienare*, tem significados diferentes. Isso porque o alheamento é um comportamento e não remete, necessariamente, a uma ausência de consciência ou desconexão mental com a realidade. Em seguida, Ramos (2009) diferencia o alheamento eleitoral de alheamento político, uma vez que a política não se restringe às eleições e, em algumas situações, o alheamento eleitoral expressa protesto contra o sistema por parte de alguns grupos. Por fim, a autora esclarece que o alheamento eleitoral não pode ser confundido com ausência de participação política ou de participação eleitoral pois, dentro do conceito de alheamento eleitoral, a única categoria que supõe ausência de participação eleitoral é a abstenção, uma vez que os votos brancos ou nulos requerem, necessariamente, participação eleitoral. (RAMOS, 2009, p.178).

Segundo Ramos (2009, p.194), qualquer que seja a motivação atribuída ao alheamento eleitoral, apesar de ser um fator fragilizador da legitimidade de governos em contextos de turbulência social, de forma isolada não é um fator de deslegitimação do sistema democrático e também não é suficiente para abalar a estrutura democrático-representativa como um todo, nem a comunidade política, nem o Estado. Isso porque a deslegitimação requer articulação coletiva e não pode ser efetivada no isolamento do alheamento eleitoral. Além disso, por se manifestar nos processos formais do Estado, isoladamente ele não tem impacto, permanecendo na intenção simbólica. Ainda assim, representa elemento de denúncia “e uma potencial ameaça ao sistema político tal como está estruturado, se estiver associado a adesões

numericamente significativas e organizadas em torno de uma proposta alternativa de organização social.” (RAMOS, 2009, p.195)

3. AS ELEIÇÕES DE 2018

A eleição presidencial de 2018 é marcada, segundo alguns cientistas políticos, como uma eleição disruptiva. Não só porque foi a primeira vez em vinte anos que o segundo turno ocorreu sem um dos partidos tradicionais (PSDB), mas também por uma série de elementos novos que agiram sobre uma estrutura antiga. Esse capítulo não pretende esgotar estes elementos, mas sim expor alguns deles a fim de trazer compreensão sobre a escolha dos fatores satisfação e confiança para análise proposta no trabalho. Nesse sentido, esse tópico vai tentar resumir muito brevemente alguns fatores que foram relevantes para que 2018 não fosse uma eleição qualquer.

Segundo Moura e Corbellini (2019, p.23), a vitória do candidato Jair Bolsonaro (PSL), é resultado de razões estruturais pré-estabelecidas que desorganizaram e alteraram os padrões, os atores e as referências de competição partidárias vigentes. O desgaste na relação da sociedade brasileira com o sistema de representação política desencadeou uma crise estrutural oriunda de junho de 2005, o Mensalão. E apesar do Mensalão não abalar a popularidade de Lula ao ponto de ele conseguir se reeleger e eleger sua sucessora Dilma Rousseff, esse escândalo causou uma ruptura na relação do PT com a classe média. Em 2011, com Lula fora da presidência, essa ruptura foi potencializada pelos escândalos da operação Lava Jato que afetaram primeiro o PT e, em seguida, seus opositores liderados pelo PSDB.

Já em junho de 2013, as manifestações pelo passe livre iniciaram em São Paulo e se espalharam pelas grandes capitais do país. A reivindicação naquele momento era pela gratuidade do transporte público, pautada desde 2003 em algumas manifestações regionais difusas que reivindicavam a gratuidade apenas para estudantes. Em 2013, as manifestações foram lideradas pelo Movimento Passe Livre, nascido no V Fórum Social Mundial de 2005, organizado por movimentos sociais de muitos países e com a bandeira do passe livre ampliada de modo irrestrito a todos os usuários de transporte público. O Movimento Passe Livre “se propunha autônomo, horizontal, apartidário e independente. E desde o início, também adotou as mídias alternativas como instrumento de articulação e luta política.” (SANTO; DINIZ;

RIBEIRO, 2016, p.5). Inicialmente as manifestações foram respondidas com forte repressão policial, a mídia tradicional noticiou as manifestações de maneira parcial e os manifestantes foram estigmatizados como desordeiros. Naquele momento a repressão policial recaiu também sobre membros da grande mídia identificados com crachá, com alguns episódios de prisão e violência física contra repórteres. A utilização de internet e celulares possibilitou aos manifestantes o compartilhamento em tempo real das manifestações e da truculência policial. Em pouco tempo, o movimento passou a receber o apoio da sociedade, a atenção e compreensão da grande mídia que transmitia os eventos ao vivo, e, com a expansão das manifestações para outras cidades, ganhou também um aglomerado de pautas difusas.

A partir daí, as manifestações se apresentam como um movimento heterogêneo. É neste momento que as manifestações mudam qualitativamente a natureza do seu conteúdo, “não é só por 20 centavos”. E, embora a pauta fosse difusa, as reivindicações eram claras, exigiam saúde, educação e segurança. A ostensividade dos manifestantes contra a presença de qualquer partido expressava forte caráter apartidário e, “aos poucos, surgiriam os cartazes e as palavras de ordem, de caráter nacionalista e conservador, contra os “corruptos” e “os mensaleiros do PT”.” (MOURA; COBERLLINI, 2019, p. 36). As manifestações enfraqueceram, mas retomaram o hábito de protestar e sinalizaram as redes sociais como ferramenta de comunicação e organização rápida, eficiente e autônoma.

Em 2014, diante do agravamento da crise econômica, Dilma se reelegeu com uma diferença de apenas 3.2 pontos sobre o candidato Aécio e o Congresso Nacional apresentou crescimento expressivo de parlamentares conservadores. O PSDB pediu a cassação da chapa Dilma/Temer, questionando judicialmente os vencedores, foi a primeira vez que isso aconteceu desde a redemocratização. Após as eleições, a operação Lava Jato se intensificou e dentre os seus alvos, muitos foram lideranças do PT, o que intensificou o desgaste do partido e o antipetismo. Em 2015 as manifestações de rua retornam, desta vez mais homogêneas “A tônica dessas manifestações foi de hostilidade ao PT e a Lula, com pedido de cassação de Dilma, exaltação a Sérgio Moro, ataque à corrupção e, em algumas franjas dessas mobilizações, defesa de intervenção militar.” (MOURA; COBERLLINI, 2019, p.38). Quando o processo de impeachment iniciou, dois grupos disputavam as ruas: a militância petista e alguns grupos de esquerda em defesa de Dilma e, para além da oposição, uma classe média mobilizada em favor do impeachment de Dilma.

Em março de 2016 o ex-presidente Lula foi conduzido coercitivamente para prestar depoimento. Dilma Rousseff, em uma última cartada, chegou a nomeá-lo como ministro da Casa Civil argumentando razões políticas, o que a oposição entendeu como manobra para conceder foro privilegiado no Superior Tribunal Federal. Na mesma noite, Sergio Moro divulgou para a imprensa áudios obtidos pela Polícia Federal através de grampo ilegal, atitude que alimentou a interpretação da oposição e inundou as ruas de manifestantes pró impeachment. Mesmo que tomasse posse, Lula teria a nomeação anulada pelo ministro Gilmar Mendes no Supremo. (MOURA; COBERLLINI, 2019, p.40). Dilma foi afastada e Michel Temer (MDB) assumiu interinamente e, posteriormente a votação no plenário que culminou no impeachment da ex-presidenta, se tornou presidente da república. Uma vez presidente, Michel Temer não conseguiu atender aos anseios da população

“No plano econômico, seus indicadores foram tímidos para os anseios da população e sua aposta em duas agendas de reformas estruturais — a trabalhista e a da previdência — obteve êxito parcial, tendo aprovado apenas a primeira. No campo político, não sinalizou qualquer ruptura com o padrão clientelista tradicional na relação entre Executivo, partidos e Legislativo.” (MOURA; COBERLLINI, 2019, p. 41)

Em maio de 2017 Michel Temer também teve a estrutura do seu governo abalada por um grampo vazado que registrava uma conversa com o empresário Joesley Batista (EL PAÍS, 2017). Na gravação, que era parte do acordo de delação premiada de Joesley, investigado pela Lava Jato, fica claro o consentimento de Temer sobre a compra do silêncio de Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados preso pela Operação Lava Jato em outubro de 2016. Em uma de suas insistentes tentativas frustradas de conseguir um acordo de delação premiada, Cunha entregou uma proposta de delação aos procuradores em 2017, nesta proposta atribuiu irregularidades a 120 políticos e Temer era um dos principais alvos do relato (FOLHA DE S.PAULO, 2019). Em menos de um ano, Temer e seus principais aliados também foram atingidos por denúncias de corrupção. “Os efeitos da Lava Jato, portanto, já transbordavam para muito além do PT, fazendo uma verdadeira razia que desmoralizava, aos olhos da opinião pública, toda a classe política brasileira, em todas as suas vertentes.” MOURA; COBERLLINI, 2019, p.42).

Quanto ao PSDB, também teve sua relação desgastada com a sociedade pela delação de Joesley Bastista. O evento principal que marcou este desgaste ocorreu quando o empresário da JBS entregou à Procuradoria Geral da República uma gravação em que Aécio

Neves, senador do partido, pedia à Joesley a quantia de dois milhões de reais para pagar sua defesa na operação Lava Jato (EL PAÍS, 2017).

Conforme estudo realizado por Bertran; Vilaça; Rodello; Morilas e Ribeiro (2022) ao final, a operação Lava Jato teve 1503 réus em primeira instância, destes 923 foram processados nas Varas de Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo e 311 tinham alguma filiação partidária. 117 filiados ao MDB aparecem como réus (37,6% dos casos com filiação), filiados ao PT apareceram como réus 54 vezes (17,3%) e o PSDB somou 31 réus (10%).

“Com a desestruturação do sistema político tradicional como ponto de referência organizador da opinião política dos brasileiros e com o fim da polarização PT versus PSDB, emergiriam então dois novos polos dinâmicos na política do país. Definimos como polo dinâmico aquele capaz de galvanizar atenção, gerar fatos políticos e engajamento, e demonstrar consistência eleitoral: o lulismo e o que chamamos aqui de “partido da Lava Jato”.” (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 46)

Moura e Coberllini (2019) exploram o cenário da eleição de 2018, protagonizado por eleitores indignados, e apresentam uma diferença entre o petismo e o lulismo situando o petismo de modo historicamente associado a valores como justiça social e ética na política durante o final dos anos 1990. Contudo, após 14 anos no governo e diversas crises, sua base eleitoral com grande expressividade nas camadas médias da população se reconfigurou na principal base do antipetismo.

Em 2018, o PSDB foi a parte institucionalmente deslocada da polarização. Mas o PT, embora formalmente estivesse lá, dialeticamente não estava. O voto em Haddad foi expressão do lulismo, quase em estado puro, muito mais do que da força partidária petista. (MOURA; COBERLLINI, 2019, p. 47)

O lulismo, por sua vez, envolve uma identificação de classe e de propósito transcendendo ao clientelismo clássico. Segundo Moura e Cobberllini (2019), nas pesquisas qualitativas do Idea Big Data a gratidão pelo acesso a oportunidade se expressa em respostas como “roubou, mas fez por mim”, evidenciando que estas pessoas tiveram suas vidas impactadas diretamente pelos programas sociais instituídos durante o governo Lula.

Essa conjugação fazia com que o lulismo tivesse organicidade, consistência como um fenômeno político. Não era somente uma onda. E por isso, apesar de todo o desgaste do PT, apesar de estar preso, e apesar de ser considerado “culpado” por boa parte do seu próprio eleitorado, Lula conseguiu mostrar uma enorme resiliência e levar o seu candidato, Fernando Haddad, ao segundo turno das eleições presidenciais, ratificando sua grande força, principalmente no Nordeste do país, região onde os sinais das transformações sociais causadas pelo seu governo ainda são muito sentidos. (MOURA; COBERLLINI, 2019)

Enquanto o PSDB estava deslocado da polarização, o antipetismo foi uma força social mobilizadora durante o período eleitoral de 2018, a Lava Jato foi pauta dos telejornais em grandes emissoras diariamente. Foi o momento em que uma população frustrada com a política, assustada com a violência e exigindo uma mudança encontrou através das redes sociais um outsider que se afirmava como “novo”, o candidato ideal. Apesar de todos os discursos de ódio proferidos por Bolsonaro, sua principal pauta, o combate à corrupção e priorização da segurança pública, flertava com as exigências de uma ampla parcela da população que incluía, também, eleitores do ex-presidente Lula. “A campanha de Jair Bolsonaro não se preocupou em apresentar um projeto de país, mas em se expressar de maneira a refletir o que as pessoas sentiam.” (Moura; Corbellini, 2019, p.59).

Embora o episódio da “facada” tenha mudado o cenário eleitoral e favorecido Bolsonaro, o candidato com pouco tempo de propaganda televisiva passou a receber cobertura diária em jornais da grande mídia, isso não foi elemento central na vitória do candidato. Moura e Corbellini apresentam uma série histórica evidenciando que as pesquisas de intenção de voto realizadas pelo Data Folha no período anterior à campanha mostram que Bolsonaro estava lentamente se capilarizando na sociedade brasileira já em 2016.

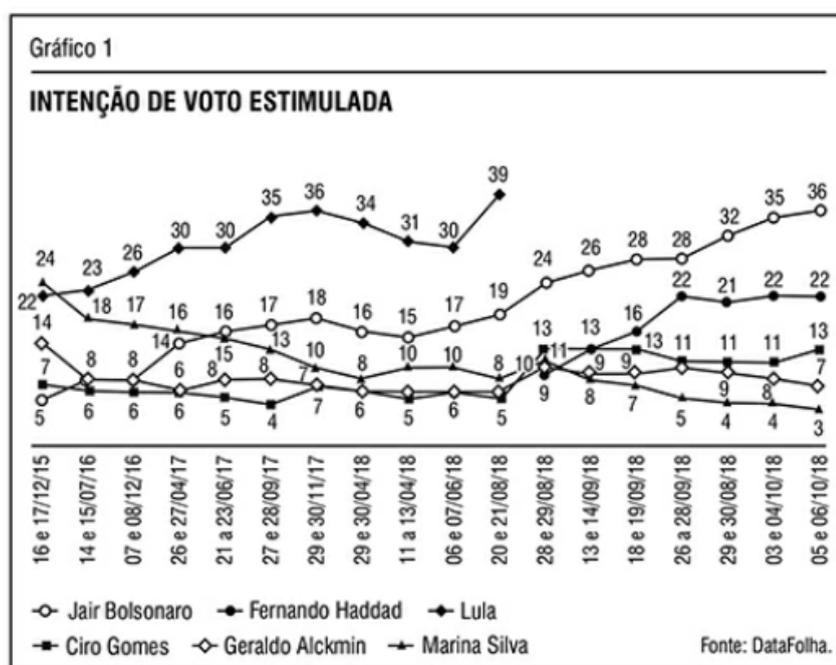


Imagem 1. Fonte: Moura; Corbellini, 2019, p.X

Conclui-se, então, que a eleição de 2018 não foi atípica somente por apresentar um segundo turno sem um dos partidos tradicionais, mas também porque foi reflexo da contínua

desmoralização das elites políticas e do sistema partidário tradicional, pelo aprofundamento da crise de segurança e pelo crescimento da utilização das redes sociais como ferramenta de comunicação e organização social em larga escala.

4. METODOLOGIA

Para a análise utilizou-se um banco de dados gerado a partir do banco de dados ESEB 2018, disponibilizado em formato *.sav* a partir da pesquisa de número 04622 realizada em novembro pelo CESOP-IBOPE. O banco conta com uma amostra de 2506 pessoas e 290 variáveis. O banco secundário, gerado a partir da conversão do original em formato *.csv*, conta com 22 variáveis e amostra de 2413 pessoas. O estudo trata-se de análise exploratória estatística. Inicialmente apresenta-se as características sociodemográficas da amostra e, em seguida, a distribuição da amostra para as variáveis de satisfação, confiança, percepção de corrupção e voto obrigatório segundo a atitude (voto nominal, abstenção, voto branco ou nulo). Em seguida, para analisar a probabilidade da atitude dos eleitores ser influenciada pelas variáveis satisfação, confiança, percepção de corrupção e voto obrigatório, aplica-se a técnica de regressão logística multinomial para esta amostra utilizando o *software* R. Por fim, para avaliar se os dados da amostra são proporcionais aos dados reais da eleição de 2018, é realizado um teste qui-quadrado de aderência.

4.1. Variáveis utilizadas no modelo

4.1.1. *Variável Dependente: Atitude segundo turno*

A partir das respostas de duas perguntas do questionário foi elaborada a variável “Atitude no segundo turno”. Partindo da questão “O(A) sr(a) votou no segundo turno desta eleição?” foi possível separar dois grupos. Um com as pessoas que votaram e outro com as pessoas que se abstiveram. Em seguida, com a questão “Em quem O(A) SR(A) votou para presidente no SEGUNDO turno?” pode-se observar que todas as pessoas que se abstiveram constavam como valores ausentes (*missings*).

Então, classificou-se a atitude no segundo turno considerando sua representação nos votos nominais, abstenções e votos brancos e nulos. Para a análise, foi considerada somente a

variável “Atitude segundo turno”. As pessoas que responderam que não lembraram ou não sabiam em quem tinham votado foram desconsideradas da análise, o que diminuiu a amostra de 2506 para 2413. Destaca-se que a análise do alheamento segue como recomendado por Lima Júnior (1993), separando as abstenções por um lado e os votos brancos e nulos por outro, uma vez que as motivações para cada uma dessas atitudes é diferente. O quadro 1 ilustra a classificação das categorias da variável dependente.

Quadro 1: Classificação da atitude no segundo turno de acordo com respostas

Pergunta	Respostas Questionário	Classificação de Atitude 2º turno
O(a) sr(a) votou no segundo turno nesta eleição?	01 - Sim, votou	Sim, votou
	02 - Não, é maior de 70 anos 03 - Não, tem/tinha 16 ou 17 anos 04 - Não, mas justificou o voto no primeiro turno 05 - Não votou e nem justificou o voto no primeiro turno 06 - Não votou porque não tinha o documento exigido 07 - Não votou porque o título foi cancelado	Abstenção
	98 - Não sabe (espontânea) 99 - Não respondeu (espontânea)	NS/NR
Em quem O(A) SR(A) votou para presidente no primeiro turno?	01 - Fernando Haddad (PT) 02 - Jair Bolsonaro (PSL)	Voto nominal
	99 - <i>missing</i>	Abstenção
	50 - Anulou o voto 60 - Votou em branco	Voto em branco ou nulo
	98 - Não sabe /Não lembra 97 - Não Respondeu	Dados excluídos

4.1.2. Variáveis Independentes: Satisfação, Confiança, Percepção da Corrupção e Voto obrigatório

Com relação às variáveis independentes, foram divididas em quatro grupos: Satisfação, Confiança, Sociodemográficas e Percepção de corrupção e Voto obrigatório.

O grupo Satisfação foi elaborado com base nas respostas da pergunta “De uma maneira geral, o(a) sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou nada satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?” e “Agora vamos falar das instituições. Para cada uma das instituições que eu vou ler, gostaria que o(a) sr(a) avaliasse a atuação de cada uma delas. De maneira geral, como o(a) sr(a) avalia a atuação. O(a) sr(a) diria que é ótima, boa, ruim ou péssima?”. Foram consideradas as respostas atribuídas para o Governo Federal, Partidos Políticos e Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados).

O grupo Confiança foi organizado com base nas respostas da questão “De forma geral, você acredita que as eleições no Brasil são confiáveis ou são objeto de fraude?” e “Agora, para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas. De um modo geral, o(a) senhor(a) tem muita confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança?”. Novamente, foram consideradas as respostas para Governo Federal, Partidos Políticos e Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados).

O grupo Percepção da corrupção e Voto obrigatório foi organizado com base na resposta da pergunta “O quanto você acha que a corrupção está generalizada no Brasil, como por exemplo, as propinas entre políticos: muito generalizada, bem generalizada, pouco generalizada ou você acha que isso dificilmente acontece?”; na pergunta “Você diria que a corrupção no Brasil é um problema muito sério, sério, pouco sério ou não é um problema sério?” e “Nas eleições deste ano, se o voto NÃO fosse obrigatório o(a) sr(a) teria ido votar?”. O quadro 2 ilustra a classificação das categorias das variáveis.

Quadro 2: Classificação das variáveis dos grupos Satisfação e Confiança, segundo grupo, de acordo com respostas

Grupo Satisfação		
Pergunta	Respostas	Classificação
De uma maneira geral, o(a) sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou nada satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?	1 () Muito satisfeito(a) 2 () Satisfeito(a)	1 - Satisfeito
	3 () Nem satisfeito(a), nem insatisfeito(a)	2 - Nem satisfeito nem insatisfeito
	4 () Pouco satisfeito(a)	3 - Insatisfeito

	5 () Nada satisfeito(a)	
	8 () Não sabe 7 () Não respondeu	4 - NS/NR
<p>P03. Agora vamos falar das instituições. Para cada uma das instituições que eu vou ler, gostaria que o(a) sr(a) avaliasse a atuação de cada uma delas. De maneira geral, como o(a) sr(a) avalia a atuação. O(a) sr(a) diria que é ótima, boa, ruim ou péssima?</p> <p>d) Do Governo Federal;</p> <p>g) Dos Partidos Políticos;</p> <p>h) Do Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados).</p>	1 - Ótima 2 - Boa	1 - Positiva
	3 - Regular positivo 4 - Regular negativo	2 - Regular
	5 - Ruim 6 - Péssima	3 - Negativa
	8 - Não sabe 9 - Não respondeu	4 - NS/NR
Grupo Confiança		
Pergunta	Respostas	Reclassificação
De forma geral, você acredita que as eleições no Brasil são confiáveis ou são objeto de fraude?	1 - As eleições são confiáveis	1 - As eleições são confiáveis
	2 - São objetos de fraude	2 - São objetos de fraude
	8 - Não sabe 9 - Não respondeu	3 - NS/NR
<p>Agora, para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas. De um modo geral, o(a) senhor(a) tem muita confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança?</p> <p>d) Do Governo Federal</p> <p>g) Dos Partidos Políticos</p> <p>h) Do Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados)</p>	1 - Muita confiança	1 - Muita confiança
	2 - Alguma confiança	2 - Alguma confiança
	3 - Pouca confiança	3 - Pouca confiança
	4 - Nenhuma confiança	4 - Nenhuma confiança
	8 - NS 9 - Não respondeu	5 - NS/NR
Grupo Percepção da Corrupção e Voto obrigatório		
Pergunta	Respostas	Reclassificação
O quanto você acha que a corrupção está generalizada no Brasil, como por exemplo, as propinas entre políticos: muito generalizada, bem generalizada, pouco generalizada ou você acha que isso dificilmente acontece?	1 - Muito generalizada 2 - Bem generalizada 3 - Pouco generalizada 4 - Dificilmente acontece	1 - Muito generalizada 2 - Bem generalizada 3 - Pouco generalizada 4 - Dificilmente acontece
	9 - Não respondeu 8 - Não sabe	5 - NS/NR

	7 - <i>MISSING</i>	Não havia <i>Missings</i>
Você diria que a corrupção no Brasil é um problema muito sério, sério, pouco sério ou não é um problema sério?	1 - Muito sério 2 - Sério 3 - Pouco sério 4 - Não é um problema sério	1 - Muito sério 2 - Sério 3 - Pouco sério 4 - Não é um problema sério
	8 - NÃO SABE 9 - NÃO RESPONDEU	5 - NS/NR
Nas eleições deste ano, se o voto NÃO fosse obrigatório o(a) sr(a) teria ido votar?	1 - Sim 2 - Não 3 - Talvez/Depende	1 - Sim 2 - Não 3-Talvez/Depende
	8 - Não sabe (espontânea) 9 - Não respondeu (espontânea)	4 - NS/NR

As outras variáveis utilizadas no estudo se referem às características sociodemográficas. O quadro 3, a seguir, fornece a listagem das variáveis e sua classificação.

Quadro 3: Listagem das variáveis sociodemográficas

Variável	Respostas Questionário	Respostas após classificação
Sexo	Feminino, Masculino	Feminino, Masculino
Faixa de idade	1 - 16 e 17 anos; 2 - 18 a 24 anos; 3 - 25 a 34 anos; 4 - 35 a 44 anos; 5 - 45 a 54 anos; 6 - 55 a 64 anos; 7 - 65 anos ou mais	16 e 17; 18 a 24; 25 a 34; 35 a 44; 45 a 54; 55 a 64; 65 anos e mais
Escolaridade	01 - Analfabeto/ Nunca frequentou escola	Analfabeto
	02 - Primário incompleto (até 3ª série ou 4º ano do ensino fundamental) 03 - Primário completo (4ª série ou 5º ano do ensino fundamental)	Fundamental incompleto

	04 - Ginásio incompleto (até 7ª série ou 8º ano do ensino fundamental)	
	05 - Ginásio completo (8ª série ou 9º ano do ensino fundamental) 06 - Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio)	Fundamental completo
	07 - Colegial completo (3ª série do ensino médio) 08 - Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio)	Médio completo
	09 - Ensino universitário completo 10 - Pós-graduação ou mais	Universitário completo
Região	Centro Oeste; Nordeste; Norte; Sudeste; Sul	Centro Oeste; Nordeste; Norte; Sudeste; Sul
IBGE: Cor/Raça	1 - Preto; 2 - Pardo; 3 - Branco; 4 - Amarelo; 5 - Índio; 8 - Não sabe; 9 - Não respondeu	Branco; Não branco
Religião	03 - Católica	Católica
	05 - Evangélica	Evangélica
	96 - É ateu/Não acredita em Deus 97 - Não tem religião	Não tem religião
	01 - Budista 02 - Candomblé 04 - Espírita kardecista, espiritualista 06 - Judaica 07 - Mórmon, Adventista, Testemunha de Jeová 08 - Santo Daime, Esotérica 09 - Seicho-No-Ie, Messiânica, Perfeita Liberdade 10 - Umbanda 95 - Outra	Outra

	98 - Não sabe (espontânea) 99 - Não respondeu (espontânea)	NS/NR
Faixa de renda	01 - Até R\$ 954,00 (até 1 salário mínimo)	até 1 salário mín.
	02 - Mais de R\$ 954,00 até R\$ 1.908,00 (mais de 1 até 2 salários mínimos)	1 a 2 salários mín.
	03 - Mais de R\$ 1.908,00 até R\$ 4.770,00 (mais de 2 até 5 salários mínimos)	2 a 5 salários mín.
	04 - Mais de R\$ 4.770,00 até R\$ 9.540,00 (mais de 5 até 10 salários mínimos)	5 a 10 salários mín.
	05 - Mais de R\$ 9.540,00 até R\$ 14.310,00 (mais de 10 até 15 salários mínimos)	10 a 15 salários mín.
	06 - Mais de R\$ 14.310,00 até R\$ 19.080,00 (mais de 15 até 20 salários mínimos)	15 a 20 salários mín.
	07 - Mais de R\$ 19.080,00 (mais de 20 salários mínimos)	Mais de 20 salários mín.
	98 - Não sabe (espontânea) 99 - Não respondeu (espontânea)	NS/NR

4.2. Modelo de regressão logística

A regressão logística binomial foi desenvolvida no século XIX, mas ganhou mais notoriedade somente depois de 1950. É considerada por estatísticos como uma técnica de fácil interpretação, que permite avaliar a probabilidade de um determinado evento ocorrer sob influência de cada variável no evento estudado. A técnica descreve a relação entre uma variável qualitativa dependente com duas categorias e variáveis independentes qualitativas ou quantitativas (MESQUITA, 2014).

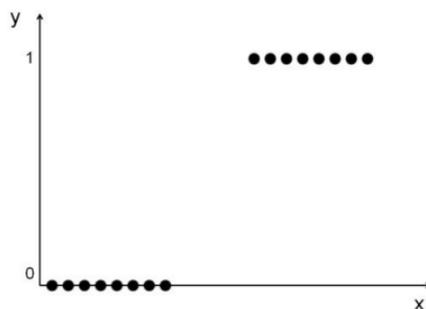
Segundo Hair Junior et al. (2009, p. 225), “regressão logística é uma forma especializada de regressão que é formulada para prever e explicar uma variável categórica binária (dois grupos), e não uma medida dependente métrica”.

Se a discretização se restringe apenas a duas opções, a regressão logística é dita binomial, caso haja mais opções, a regressão é generalizada e nomeada multinomial. Vale salientar que essas

regressões também são denominadas por Modelos Logit Binomial e Logit Multinomial (MACELAY *apud* LINDNER, 2015, p.35).

Conforme Macelay *apud* Lindner, geralmente a regressão logística binomial é expressa por duas categorias que representam a relação entre a variável dependente binária (y) e a variável independente (x).

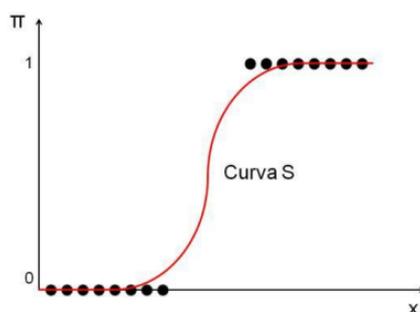
Figura 1: Dispersão da variável dependente com apenas duas categorias



Fonte: Macelay *apud* Lindner (2015, p.35).

Para prever a probabilidade (π) de um evento categórico, a regressão logística possibilita um modelo de curva em S.

Figura 2: Curva S de probabilidade para variável dependente binária.



Fonte: Macelay *apud* Lindner (2015, p.35).

4.2.1. Modelo de regressão logística simples

No modelo regressão logística simples a variável dependente possui duas categorias definidas por 0 e 1 e somente uma variável independente (LINDNER, 2015; LIDNER, PITOMBO, 2016). A curva S é dada pela transformação logística da probabilidade π conforme as equações 1, 2 e 3.

$$g(x) = \ln\left(\frac{\pi}{1-\pi}\right) \quad (1)$$

$$g(x) = \beta_0 + \beta_1 x_1 \quad (2)$$

$$\pi = \frac{1}{1+e^{-g(x)}} \quad (3)$$

onde:

- $g(x)$: é a função logística da variável dependente;
- x : é a variável independente;
- $x_0 = 1$;
- β_0, β_1 : os parâmetros da equação do modelo.

4.2.2. Modelo de regressão logística multinomial

No modelo de regressão logística multinomial a variável categórica dependente apresenta mais de duas categorias nominais. As categorias da variável dependente devem ser mutuamente exclusivas e não deve existir ordenação entre elas. Além disso, deve-se escolher uma das categorias como referência (FÁVERO, BELFIORE, 2017; MARÔCO, 2010).

Para isso, segundo com Lindner (2015), são necessárias k funções logísticas, como mostrado na equação 4.

$$g_1(x) = \beta_{1,0} + \beta_{1,1} x_1 + \beta_{1,2} x_2 + \dots + \beta_{1,n} x_n$$

$$g_2(x) = \beta_{2,0} + \beta_{2,1} x_1 + \beta_{2,2} x_2 + \dots + \beta_{2,n} x_n$$

$$g_k(x) = \beta_{k,0} + \beta_{k,1} x_1 + \beta_{k,2} x_2 + \dots + \beta_{k,n} x_n$$

$$g_k(x) = \sum_{i=0}^n \beta_{k,i} x_i \quad (4)$$

sendo:

- $g(x)$: a função logística da variável dependente;

- x : a variável independente;
- $x_0 = 1$;
- $\beta_{k,0}, \beta_{k,1}, \dots, \beta_{k,n}$: os parâmetros da equação;
- n : o número de variáveis independentes.

As probabilidades π_k para cada uma das k classes podem ser descritas na equação 6 e as mesmas relações de avaliação identificadas anteriormente na regressão logística simples e múltipla podem ser utilizadas na regressão logística multinomial (LINDNER, 2015).

$$\pi_k = \frac{1}{1 + e^{-g_k(x)}} \quad (6)$$

Neste trabalho, será utilizado o método de regressão logística multinomial em que a variável resposta é a atitude do eleitor, apresentada na seção 4.1.1.

4.2.2.1. *Pressupostos da regressão logística multinomial*

A regressão logística multinomial, é considerada uma metodologia interessante porque não requer normalidade, linearidade e homocedasticidade dos dados¹⁴ (FÁVERO, 2015). No entanto, ainda requer alguns pressupostos:

- 1 - Variável dependente nominal com categorias mutuamente exclusivas;
- 2 - Independência das observações (sem medidas repetidas);
- 3 - Ausência de multicolinearidade (alta correlação entre as variáveis independentes do modelo).
- 4 - Independência das alternativas irrelevantes.

A variável “atitude no segundo turno” é nominal com quatro categorias que são mutuamente exclusivas, já que é impossível pertencer a mais de um dos grupos ao mesmo tempo. Cada observação do banco representa uma das pessoas entrevistadas, logo, não há medidas repetidas.

A multicolinearidade foi checada de duas formas, primeiramente analisou-se a correlação entre as variáveis independentes de cada um dos modelos testados e nenhuma correlação acima de 0,51 foi detectada, indicando ausência de multicolinearidade.

¹⁴ Homocedasticidade dos dados é o fenômeno para condicionar a variância constante dos erros experimentais para observações distintas através das variáveis preditoras (Fávero, 2015).

Em seguida, verificou-se a estatística do fator de inflação da variância (VIF), que “indica o quanto a inflação dos desvios padrões pode ser causada por colinearidade, aferindo a interrelação entre as variáveis por meio dos ajustes das regressões entre as variáveis” (Telles, Lourenço e Storni, 2009, p.17). Nenhum dos valores indicou problemas de colinearidade, como já indicava a baixa correlação entre as variáveis. Recomenda-se que os valores de VIF sejam inferiores a 10 e, preferencialmente, inferiores a 5 (HAIR, 2009).

Por fim, verificou-se a hipótese de independência das alternativas irrelevantes através do teste de Hausman-McFadden para subconjuntos de alternativas. Nesse teste, estima-se o modelo logit três vezes: uma no conjunto completo de alternativas (modelo nulo) e outras duas em conjuntos específicos. Em cada conjunto, a resposta de referência da variável dependente é a categoria Voto nominal e, para cada um dos dois modelos específicos, foi desconsiderada uma das demais categorias da variável dependente. Ou seja, estima-se um modelo nulo, um modelo desconsiderando abstenção, outro desconsiderando voto em branco ou nulo. Em seguida compara-se o modelo nulo com o modelo desconsiderando a abstenção, e depois com o modelo desconsiderando o voto branco ou nulo. O pressuposto do teste é de que a escolha de um indivíduo não é afetada desde que não haja informações alternativas relevantes. Ou, dito de outra forma, o resultado não seria afetado se uma das categorias da variável dependente não existisse. A comparação entre as diferenças nos coeficientes é analisada e testada, assegurando IIA¹⁵ quando os coeficientes não forem estatisticamente diferentes. (TELLES, LOURENÇO, STORINI, 2009). O resultado do teste foi aceito tanto para as variáveis do modelo satisfação, como também para as variáveis do modelo confiança, do modelo percepção de corrupção e voto obrigatório e, do modelo complementar sociodemográfico .

4.2.3. Estimativa do modelo de regressão logística

A partir dos dados de uma amostra é possível realizar a estimação dos parâmetros da equação de um modelo de regressão logística. Segundo Silva (2010), quanto maior for o tamanho da amostra, mais eficiente será o processo de estimação dos parâmetros.

Neste trabalho, para elaboração de modelos logísticos e ajustes, utilizou-se o *software* R. O *script* e o banco utilizados foram disponibilizados no anexo. Foi realizado um modelo para avaliar a relação entre a satisfação e a atitude do eleitor, outro modelo para avaliar a

¹⁵ Independence of Irrelevant Alternatives

confiança e a atitude do eleitor, um modelo para avaliar a percepção de corrupção e obrigatoriedade do voto em relação a atitude e, por último, um modelo para avaliar a relação entre a atitude do eleitor e as variáveis sociodemográficas. Para todos os modelos, a variável dependente (y) é a atitude do eleitor, variável categórica nominal com quatro categorias, e a categoria de referência é voto nominal.

$$Y = \begin{cases} 1 - \text{Se entrevistado optar por escolher um candidato: voto nominal} \\ 2 - \text{Se entrevistado não for votar: abstenção} \\ 3 - \text{Se entrevistado vota branco ou nulo: voto branco ou nulo} \end{cases}$$

Para analisar a relação da satisfação com a atitude do eleitor no segundo turno, o modelo ajustado é o descrito na função abaixo;

$$\text{logit}(y) = \alpha + x_1\beta_1 + x_2\beta_2 + x_3\beta_3 + x_4\beta_4 + \epsilon$$

Onde y representa a variável dependente (atitude segundo turno), x_1 indica a satisfação com a democracia, x_2 é a avaliação do governo federal, x_3 é a avaliação dos partidos políticos, e x_4 a avaliação do congresso nacional. Com relação ao nível de mensuração das variáveis independentes, x_1 , x_2 , x_3 e x_4 são variáveis categóricas de 1 a 4 e quanto menor o valor, melhor é avaliação, considerando que 4 se refere à categoria NS/NR.

Com relação a análise da relação entre a variável dependente “atitude no segundo turno” e a confiança, o modelo ajustado se expressa na mesma função do modelo de satisfação. Entretanto, para este modelo as variáveis independentes são: x_1 indicando a confiança na eleição, x_2 é a confiança no governo federal, x_3 é a confiança nos partidos políticos, e x_4 a confiança no congresso nacional. No que diz respeito ao nível de mensuração das variáveis, x_1 é uma variável categórica ordinal e varia de 1 a 3, sendo que 1 representa que as eleições são confiáveis, 2 que são objeto de fraude e 3 NS/NR. Enquanto x_2 , x_3 e x_4 são variáveis categóricas de 1 a 5 e quanto menor o valor, melhor é avaliação, considerando que 5 se refere à categoria NS/NR.

Para a análise da “atitude no segundo turno” e percepção de corrupção e voto obrigatório o modelo ajustado é o descrito na função abaixo

$$\text{logit}(y) = \alpha + x_1\beta_1 + x_2\beta_2 + x_3\beta_3 + \epsilon$$

Onde y representa a variável dependente (atitude segundo turno), x_1 indica percepção de corrupção como um problema sério, x_2 é a percepção de corrupção generalizada e x_3 é o voto obrigatório. Quanto ao nível de mensuração das variáveis independentes, x_1 e x_2 , são variáveis categóricas de 1 a 5 e quanto menor o valor, pior é percepção, considerando que 5 se refere à categoria NS/NR. Por sua vez, x_3 é uma variável categórica com níveis de 1 a 4, onde 1 - Sim; 2 - Não; 3 - Talvez/Depende e; 4 -NS/NR.

Ao final da análise, de maneira complementar, também foi proposto um modelo que avaliasse a relação da variável dependente com as variáveis sociodemográficas, o modelo é expresso na função

$$\text{logit}(y) = \alpha + x_1\beta_1 + x_2\beta_2 + x_3\beta_3 + x_4\beta_4 + x_5\beta_5 + x_6\beta_6 + x_7\beta_7 + x_8\beta_8 + x_9\beta_9 + \epsilon$$

Neste modelo as variáveis independentes representam, x_1 o sexo, x_2 a idade, x_3 a escolaridade, x_4 a localidade, x_5 a região, x_6 a raça/cor, x_7 a religião, x_8 a situação de trabalho e x_9 a faixa de renda. O nível de mensuração das variáveis pode ser consultado no quadro “**Quadro 3:** Listagem das variáveis socioeconômicas”, na seção 4.1.3.

4.2.4. Testes de significância

Conforme Mesquita (2014, p.21) “O ajuste de um modelo logístico é determinado pelo vetor de estimativas dos parâmetros. O método usado na estimação dos β 's é o método da máxima verossimilhança”. O método de máxima verossimilhança possibilita a estimação sobre o impacto de diferentes variáveis independentes sobre a probabilidade de pertencimento aos diferentes grupos (votos nominais, abstenção, votos brancos e nulos). Para realização do ajuste do modelo logístico, optou-se pelo teste Anova, uma vez que “A função-método anova() quando recebe mais de um modelo realiza o teste de razão de verossimilhanças.” (Zeviani, Ribeiro Júnior e Wagner Hugo Bonat, 2013, p. 46). A partir da máxima verossimilhança, obtém-se o *Deviance*, a estatística de teste “D”, que é usada para testar a significância do ajustamento do modelo completo e tem uma distribuição qui-quadrado.

Na regressão logística não é possível calcular o R^2 , pois a variância da variável resposta resulta da probabilidade com que ocorrerem seus resultados (MARÔCO, 2014). Nesse sentido, os valores Pseudo-R Square (R^2) operam como um coeficiente de determinação que possuem uma interpretação mais complexa. Para fins de interpretação, quanto maior for o R^2 , melhor é o ajuste do modelo (BITTENCOURT, 2003).

Portanto, o Pseudo- R^2 é um dos métodos utilizados para avaliar a qualidade do modelo de regressão logística. Neste trabalho optou-se por utilizar o Pseudo- R^2 de Nagelkerke, tendo em vista que é uma medida concentrada no intervalo entre 0 e 1. Segundo Mesquita (2014), “o pseudo R^2 de Nagelkerke descreve a proporção da variável dependente que é explicada pela variação das variáveis preditoras”.

Para realizar o teste de significância individual dos parâmetros, optou-se pela estatística de Wald, esse teste avalia a significância estatística de cada coeficiente e verifica se uma determinada variável independente possui uma relação estatisticamente significativa com a variável dependente (GONZALES, 2018).

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O gráfico abaixo apresenta a amostra segmentada segundo a sua atitude no segundo turno.

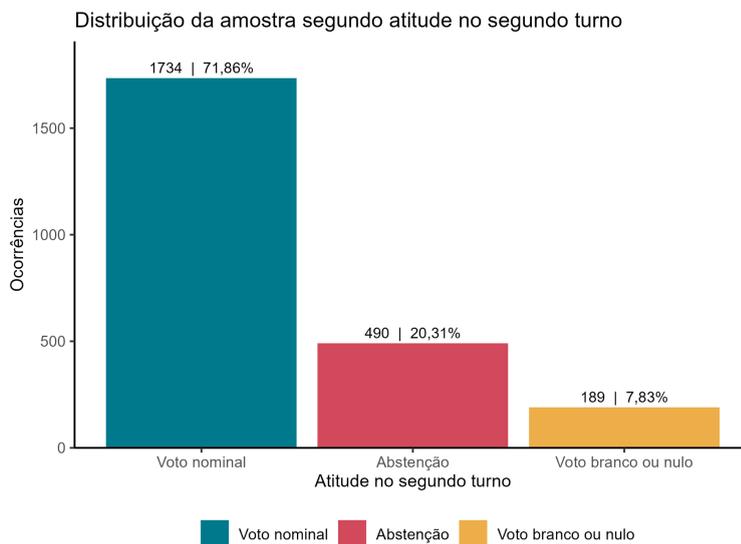


Gráfico 3

Das 2413 pessoas consideradas no estudo, 1734 (71,86%) votou em algum dos dois candidatos no segundo turno da eleição de 2018, 490 (20,31%) não compareceu e 189 (7,83%) optou pelo voto branco ou nulo. O tópico a seguir apresenta a amostra segundo as proporções de cada uma das variáveis sociodemográficas.

5.1.1. Análise sociodemográfica da amostra

A tabela a seguir apresenta a amostra segundo a proporção das variáveis independentes e da variável dependente.

Quadro 4: Distribuição percentual dos entrevistados, por categoria da covariável e por atitude no segundo turno da eleição de 2018, segundo variáveis socioeconômicas

Variáveis	Atitude no segundo turno da eleição				Total
	Percentual de entrevistados	Voto nominal	Abstenção	Voto branco ou nulo	
Região	N = 2413 ¹	N = 1734 ¹	N = 490 ¹	N = 189 ¹	N = 2413 ¹
Centro Oeste	7.5% (180)	67% (120)	24% (44)	8.9% (16)	100% (180)
Nordeste	26% (622)	80% (500)	12% (75)	7.6% (47)	100% (622)
Norte	7.9% (191)	80% (153)	16% (30)	4.2% (8)	100% (191)
Sudeste	44% (1051)	66% (695)	25% (264)	8.8% (92)	100% (1051)
Sul	15% (369)	72% (266)	21% (77)	7.0% (26)	100% (369)
Sexo					
Feminino	52% (1259)	71% (896)	20% (249)	9.1% (114)	100% (1259)
Masculino	48% (1154)	73% (838)	21% (241)	6.5% (75)	100% (1154)
Idade					
16 E 17	1.0% (23)	57% (13)	39% (9)	4.3% (1)	100% (23)
18 A 24	16% (387)	67% (260)	24% (92)	9.0% (35)	100% (387)
25 A 34	22% (523)	74% (385)	20% (106)	6.1% (32)	100% (523)
35 A 44	21% (500)	70% (351)	21% (104)	9.0% (45)	100% (500)
45 A 54	18% (426)	73% (313)	17% (72)	9.6% (41)	100% (426)
55 A 64	14% (336)	77% (259)	15% (52)	7.4% (25)	100% (336)
65 E MAIS	9.0% (218)	70% (153)	25% (55)	4.6% (10)	100% (218)
Escolaridade					
Analfabeto	2.8% (68)	79% (54)	21% (14)	0% (0)	100% (68)

Variáveis	Percentual de entrevistados	Atitude no segundo turno da eleição			Total
		Voto nominal	Abstenção	Voto branco ou nulo	
Fundamental incompleto	28% (665)	72% (476)	23% (150)	5.9% (39)	100% (665)
Fundamental completo	17% (408)	67% (275)	25% (100)	8.1% (33)	100% (408)
Médio completo	42% (1007)	74% (743)	18% (177)	8.6% (87)	100% (1007)
Universitário completo	11% (265)	70% (186)	18% (49)	11% (30)	100% (265)
Religião					
Católica	51% (1220)	74% (900)	19% (234)	7.0% (86)	100% (1220)
Evangélica	32% (767)	72% (549)	21% (163)	7.2% (55)	100% (767)
Outras	7.3% (175)	69% (121)	19% (33)	12% (21)	100% (175)
Não tem religião	9.7% (233)	65% (152)	24% (57)	10% (24)	100% (233)
NS/NR	0.7% (18)	67% (12)	17% (3)	17% (3)	100% (18)
Cor/Raça					
Branco	31% (739)	71% (523)	21% (157)	8.0% (59)	100% (739)
Não branco	67% (1620)	72% (1,172)	20% (321)	7.8% (127)	100% (1620)
NS/NR	2.2% (54)	72% (39)	22% (12)	5.6% (3)	100% (54)
Faixa de Renda					
1 salário mínimo	21% (514)	71% (366)	23% (118)	5.8% (30)	100% (514)
1 até 2 salários mínimos	28% (665)	73% (484)	19% (126)	8.3% (55)	100% (665)
2 até 5 salários mínimos	32% (776)	74% (571)	19% (148)	7.3% (57)	100% (776)
5 até 10 salários mínimos	7.9% (190)	72% (137)	20% (38)	7.9% (15)	100% (190)

Variáveis	Percentual de entrevistados	Atitude no segundo turno da eleição			Total
		Voto nominal	Abstenção	Voto branco ou nulo	
10 até 15 salários mínimos	1.2% (29)	76% (22)	17% (5)	6.9% (2)	100% (29)
15 até 20 salários mínimos	0.4% (9)	56% (5)	33% (3)	11% (1)	100% (9)
Mais de 20 salários mínimos	0.4% (9)	67% (6)	11% (1)	22% (2)	100% (9)
NS/NR	9.2% (221)	65% (143)	23% (51)	12% (27)	100% (221)
<i>I % (n)</i>					

No quadro 4, verifica-se que 44%, a maior parte da amostra, localiza-se na região Sudeste que também apresenta a maior proporção de abstenções (25%). Os outros 56% da amostra se distribuem nas demais regiões, ressalta-se que o Nordeste compõe a segunda maior fatia da amostra, com 26% mas apresenta a menor taxa de abstenção entre as regiões (12%). Nordeste, Norte e Sul registram os maiores índices de votos nominais, respectivamente 80%, 80% e 72%. As maiores taxas de votos brancos e nulos se encontram no Centro-Oeste, 8,9%, e no Sudeste, 8,8%. É possível observar uma mudança com relação aos resultados reportados por Santos (1987) sobre as eleições presidenciais realizadas entre 1945 e 1960. Os dados de Santos, indicavam maiores taxas de alheamento eleitoral para os cargos Executivos (nacional e estadual) nas regiões Norte e Nordeste, já em 2018, para o Executivo nacional estas regiões apresentaram as menores taxas de alheamento.

Quanto ao sexo, 48% da amostra são homens e 52% são mulheres. Comparados, as mulheres apresentam menor índice de abstenção, 20% contra os 21% dos homens que se abstiveram, mas compõem maior índice de votos brancos e nulos (9,1%) com relação aos homens (6,5%).

Com relação à idade, as duas maiores parcelas da amostra têm, respectivamente, 25 a 34 anos (22%) e 35 a 44 anos (21%). No entanto, a maior taxa de abstenção está justamente na menor porção da amostra (1%), representada pelas pessoas de 16 e 17 anos que somaram 39% de abstenção. Ressalta-se que, nesta faixa de idade, o voto é facultativo. O maior índice

de votos brancos e nulos é registrado na faixa dos 45 a 54 anos (9,6%) e o maior índice de votos nominais é registrado na faixa dos 55 a 64 anos (77%).

No que diz respeito à escolaridade, a maior parte dos entrevistados (77%) possui ensino médio completo. Entrevistados analfabetos compõem a menor parcela da amostra (2,8%), mas registram o maior índice de votos nominais (79%), nenhum entrevistado analfabeto votou branco ou nulo. Para todos os níveis de instrução, a abstenção fica entre 18% e 25%. O maior índice de votos brancos e nulos (11%) é registrado por pessoas com nível universitário completo, a segunda menor parcela da amostra com 11% dos entrevistados. Com relação à escolaridade, chama atenção que as pessoas com nível de instrução mais alto tendem a se abster menos, dado que vai de encontro com os levantamentos realizados por Borba (2008) e Costa (2006).

Pouco mais da metade dos entrevistados pertence à religião Católica (51%), entre os católicos 7% votou branco ou nulo, menor índice comparado às demais categorias, e 74% votou nominalmente, maior índice comparado aos demais da categoria. Evangélicos representam 32% da amostra e se comportam de maneira parecida aos católicos, 72% votaram nominalmente, 7,2% votou branco ou nulo. O maior índice de abstenção é registrado entre as pessoas que não tem religião (24%) e se identifica o maior índice de votos brancos e nulos entre as pessoas que não sabiam ou não responderam se tinham religião (17%).

Pessoas não brancas compõem a maior parte da amostra (67%), salienta-se que esta categoria é composta por pessoas que se autodeclaram pretas, pardas, amarelas e indígenas conforme classificação do IBGE. Pessoas não brancas também registram menor nível de abstenção (20%). Pessoas brancas compõem 31% da amostra, dentre estes se registra o maior índice de votos brancos e nulos (8.0%).

Finalmente, com relação à renda, as duas maiores parcelas da amostra são representadas, respectivamente, por pessoas na faixa entre 2 e 5 salários-mínimos (32%) e pessoas na faixa de 1 a 2 salários-mínimos. A maior taxa de votos nominais é de 76% e é registrada entre pessoas com faixa de renda entre 10 e 15 salários-mínimos, que compõem uma das menores parcelas da amostra 1.2%. Nota-se que os maiores índices de votos brancos e nulos são registrados em pessoas na faixa de renda de 15 a 20 salários-mínimos, mais de 20 salários-mínimos e também pessoas que não sabem ou não responderam sua faixa de renda. No quesito renda, chama atenção que para 2018 a maior taxa de abstenção está justamente na segunda maior faixa salarial, uma dado distinto dos analisados para outras eleições por Borba

(2008) e Costa (2006), cujos estudos afirmaram que quanto mais elevada a renda menor será a probabilidade de abstenção.

5.2. Satisfação com a democracia

Borba (2008) realizou estudos cujo resultado apontou que eleitores mais insatisfeitos com a democracia e com funcionamento das instituições tendem a anular ou votar em branco, enquanto aqueles que manifestam sentimento de eficácia política não apresentam este mesmo comportamento. O gráfico a seguir ilustra a distribuição da satisfação com a democracia por atitude no segundo turno para os dados do ESEB 2018.

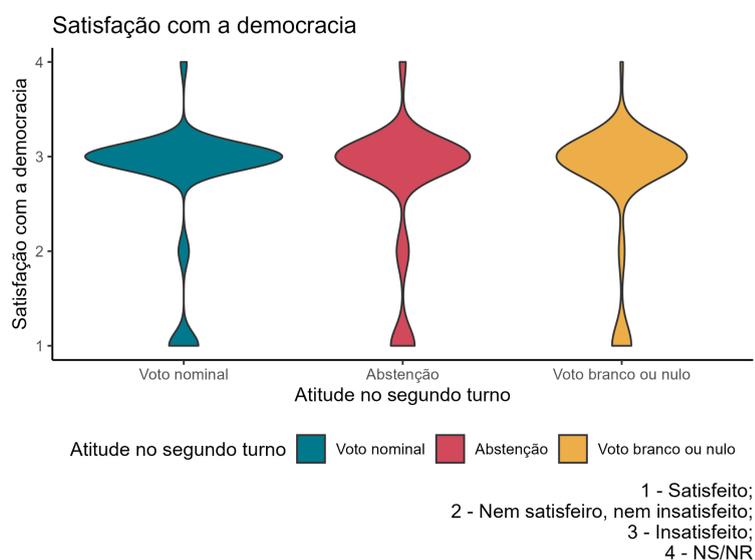


Gráfico 4: Gráfico de violino

O gráfico aponta que em todos os grupos, independente da atitude, o maior pico de notas atribuídas à democracia foi 3, ou seja, independente da atitude dos entrevistados no segundo turno, a sua grande maioria estava insatisfeito. Dentro do grupo de variáveis de satisfação, também consta a avaliação dos participantes sobre o Governo Federal, os Partidos políticos e o Congresso Nacional. Observa-se no gráfico a seguir, a distribuição das respostas para cada instituição avaliada no ano de 2018 segundo a atitude.

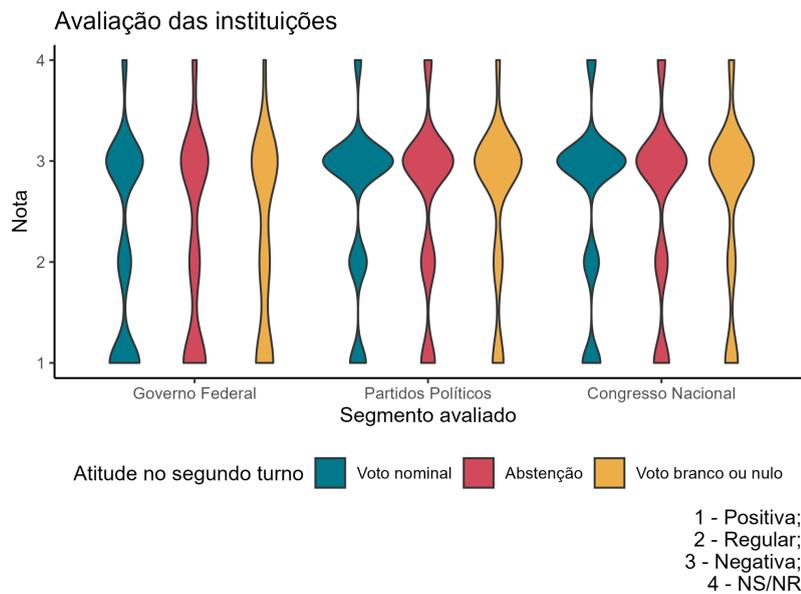


Gráfico 5: Gráfico de violino

O gráfico evidencia que, independente da atitude dos eleitores, o maior pico de resposta para a nota da avaliação das instituições foi 3, apontando que a maioria das pessoas atribui uma avaliação negativa para o Governo Federal, para os Partidos Políticos e para o Congresso Nacional. A segunda maior proporção de picos de resposta é para a nota 1, positiva na avaliação do Governo Federal, mas corresponde a menos da metade das avaliações negativas. Somente com a visualização dos gráficos não é possível identificar se os dados para a eleição de 2018 correspondem aos achados de Borba sobre a insatisfação estar vinculada aos votos brancos e nulos.

5.2.1. Resultados para Satisfação

O Quadro 5 apresenta os resultados do modelo de regressão logística para a satisfação. Voto nominal foi selecionado como a categoria de referência para a comparação com abstenções e os votos brancos ou nulos. A coluna com o título “razão de chance” apresenta o resultado de estimativa de cada variável. A razão de chance deve ser lida em comparação à categoria de referência de cada variável. A segunda coluna mostra os intervalos de confiança (IC) de 95%, inferiores e superiores, de cada estimativa. A quarta coluna apresenta o *p-valor* de cada estimativa.

Quadro 5: Regressão logística multinomial sobre atitude do eleitor com relação às variáveis do grupo satisfação

Variável	Razão de chance ¹	95% CI ¹	p-valor
Abstenção			
Satisfação com Democracia	0.90	0.78, 1.04	0.2
Avaliação Governo Federal	1.05	0.96, 1.15	0.3
Avaliação Partidos Políticos	1.06	0.94, 1.19	0.4
Avaliação Congresso Nacional (Senado e Câmara Deputados)	0.96	0.86, 1.07	0.5
Voto branco ou nulo			
Satisfação com Democracia	0.99	0.79, 1.23	>0.9
Avaliação Governo Federal	1.06	0.92, 1.22	0.4
Avaliação Partidos Políticos	0.98	0.83, 1.17	0.9
Avaliação Congresso Nacional (Senado e Câmara Deputados)	0.96	0.82, 1.14	0.7

¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval; Nagelkerke = 0.001822242

Conforme apresentado na tabela, a satisfação com a democracia e com as instituições políticas não impactou nenhuma das atitudes (abstenção e voto branco ou nulo). A razão de chance, para todas as variáveis do modelo, ficou muito próxima, igual ou maior que 1. O *p-valor* confirma a razão de chances apresentando valores acima de 0,05 para todas as variáveis independentes. O intervalo de confiança, por sua vez, complementa ao *p-valor*, pois dentro do intervalo de confiança 95% está contido o valor 1 para todas as variáveis. Nesse sentido, não há diferenças estatisticamente significantes entre quem votou em alguém, quem se absteve e quem votou branco ou nulo. O gráfico a seguir proporciona uma interpretação visual sobre o quadro 5.

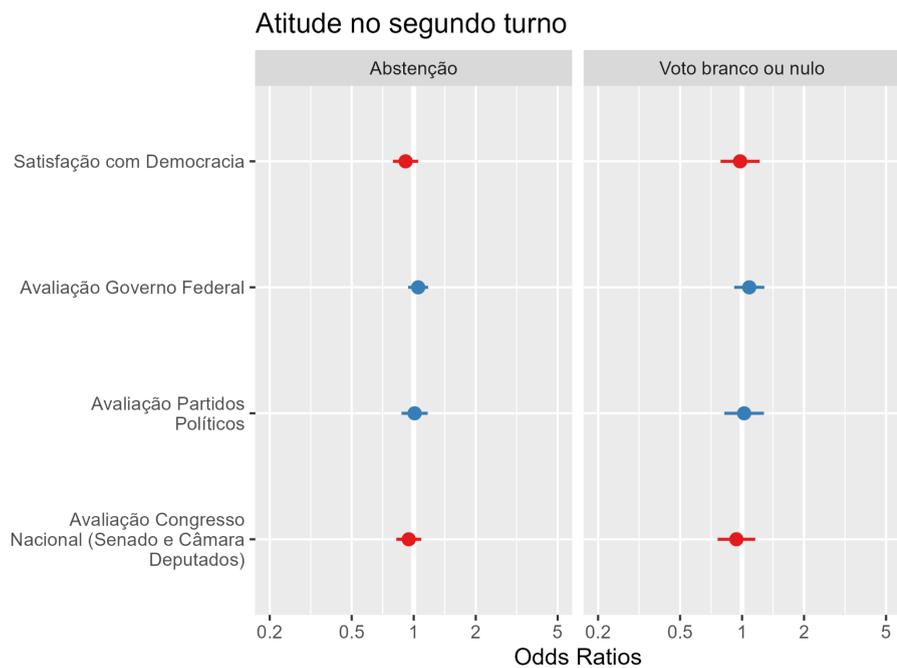


Gráfico 6

O gráfico 5 acima representa em vermelho os valores abaixo de 1 e em azul os valores acima de 1, a razão de chance é representada pelo ponto e o intervalo de confiança é representado por um risco. Evidencia-se que a linha do intervalo de confiança está atravessando 1 para todas as variáveis. Ressalta-se que o baixíssimo Pseudo R² (0,18%) confirma que as variáveis não foram significativas para influenciar na atitude dos eleitores da amostra.

A análise para 2018 não confirma que eleitores mais insatisfeitos tendem a votar branco ou nulo. Contudo, a análise sobre a recorrência das notas atribuídas para a satisfação com a democracia, e avaliação do Governo Federal, Partidos Políticos e Congresso Nacional corrobora com Moura e Coberllini (2019) quando afirmam que a eleição de 2018, protagonizada por eleitores insatisfeitos.

5.3. Confiança nas eleições e nas instituições

Santos (1987) sugere que o aumento da taxa de alheamento eleitoral é determinado pela credibilidade do processo político eleitoral argumentando que “Quanto maior for a incerteza de que os desdobramentos do processo político se fará de acordo com os resultados eleitorais, tanto maior o peso da dimensão ‘retorno esperado do voto’, e tanto maior o incentivo à alienação” (SANTOS, 1987 apud SILVA, 2016, p.45). A seguir, apresenta-se a

distribuição da confiança nas eleições segundo a atitude dos entrevistados no segundo turno de 2018.

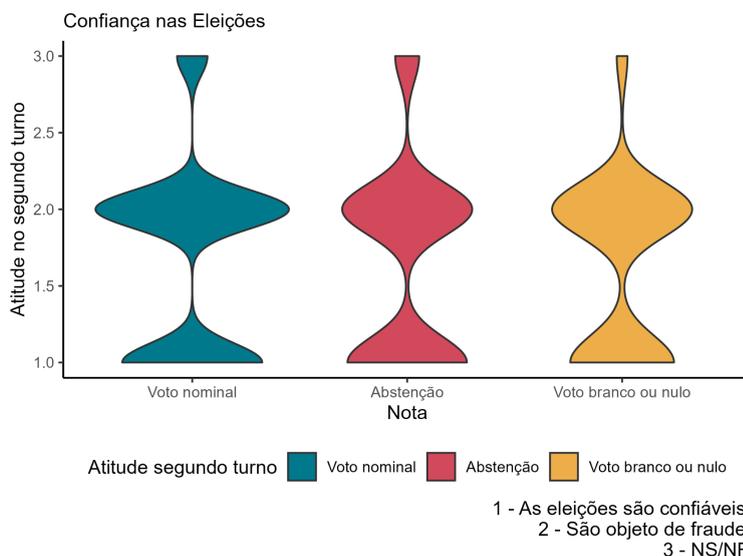


Gráfico 7: Gráfico de violino

Mais uma vez, a distribuição das notas para confiança nas eleições é muito parecida entre os grupos Voto nominal, Abstensão e Votos brancos e nulos. Independente da atitude dos entrevistados, o maior pico de notas foi 2, indicando que a maioria das pessoas acredita que as eleições são objeto de fraude mesmo entre quem votou nominalmente, não sendo possível identificar o padrão proposto por Santos. O segundo maior pico de notas foi 1, mas com uma proporção menor. De acordo com Santos *apud* Silva, (2016), pode se inferir que a ausência de confiança nas eleições é produto da incerteza sobre os processos eleitorais. Considera-se que essa incerteza foi bastante presente na eleição de 2018, especialmente pela divulgação em massa de notícias falsas sobre a urna eletrônica através da utilização de redes sociais como ferramenta de comunicação e informação (MOURA; COBERLLINI, 2019).

Em outro estudo, Borba et al (2014) analisou ainda, as bases cognitivas e atitudinais dos votos brancos e nulos em 2010, naquela situação as medidas de confiança nas instituições foram capazes de explicar os votos brancos e nulos. O gráfico abaixo ilustra a distribuição das notas atribuídas para a avaliação das instituições segundo a atitude.

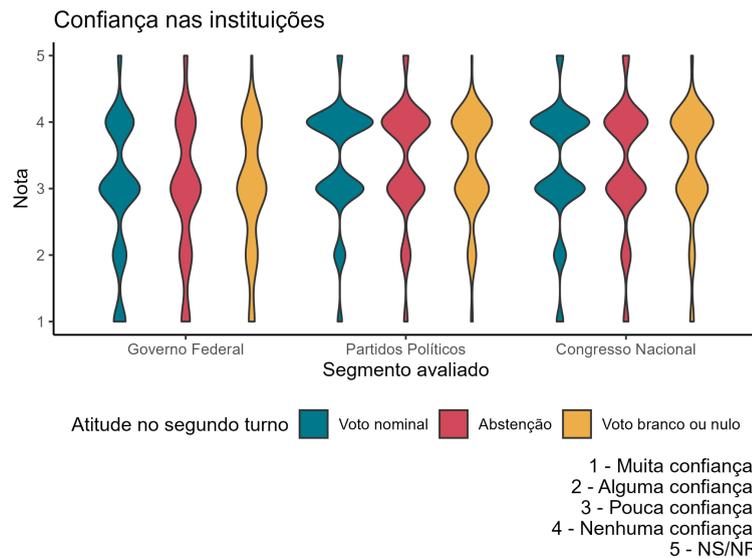


Gráfico 8: Gráfico de violino

Neste gráfico é possível observar alguma diferença na avaliação que os entrevistados fizeram para a confiança nas instituições. Com relação ao Governo Federal, o maior pico de notas, independente da atitude, é 3 e evidencia que a maior parte das pessoas têm pouca confiança. O segundo maior pico de notas é 4, ou seja, a maior parte das pessoas da amostra tem pouca ou nenhuma confiança no Governo Federal. A distribuição das notas de confiança para Partidos Políticos mostra que independente da atitude, a maior parte das pessoas não tem nenhuma confiança nos partidos, e a segunda maior parte tem pouca confiança. Nota-se um comportamento similar nas notas atribuídas às três instituições, a diferença é que para Partidos Políticos e Congresso Nacional os picos para a nota 2 (alguma confiança) e 1 (muita confiança) são menores do que no Governo Federal.

5.3.1. Resultados para Confiância

O Quadro 6 apresenta os resultados do modelo de regressão logística para a Confiância. Voto nominal foi selecionado como a categoria de referência para a comparação com abstenções e os votos brancos ou nulos.

Quadro 6: Regressão logística multinomial das variáveis independentes do grupo confiança sobre atitude do eleitor

Variável	Razão de chance ¹	95% CI ¹	valor-p
Abstenção			
Confiança nas eleições	0.88	0.74, 1.04	0.13
Confiança Governo Federal	1.00	0.90, 1.12	0.9
Confiança Partidos Políticos	0.97	0.83, 1.13	0.7
Confiança Congresso Nacional (Senado e Câmara Deputados)	1.04	0.89, 1.21	0.6
Voto branco ou nulo			
Confiança nas eleições	0.84	0.65, 1.08	0.2
Confiança Governo Federal	1.02	0.86, 1.20	0.8
Confiança Partidos Políticos	0.83	0.66, 1.04	0.10
Confiança Congresso Nacional (Senado e Câmara Deputados)	1.18	0.95, 1.48	0.14

¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval; Nagelkerke 0.003736631

O quadro 6 evidencia que as variáveis selecionadas para o grupo Confiança não impactaram para as pessoas que se abstiveram e nem para quem votou branco ou nulo. Observando a razão de chance, nota-se que foi ≤ 1 ou ficou muito perto de 1 nas quatro variáveis selecionadas. O p-valor confirma a razão de chance em todas as variáveis independentes, pois apresenta valor acima de 0.05. O intervalo de confiança também confirma o p-valor, pois dentro do intervalo de confiança 95% está contido o valor 1 para todas as variáveis, logo não há evidência estatística de que a confiança contribuiu para os votos brancos e nulos em 2018. Nesse sentido, também não há diferenças estatisticamente significantes entre quem votou em alguém, quem se absteve e quem votou branco ou nulo. O gráfico a seguir proporciona uma interpretação visual sobre o quadro 6.

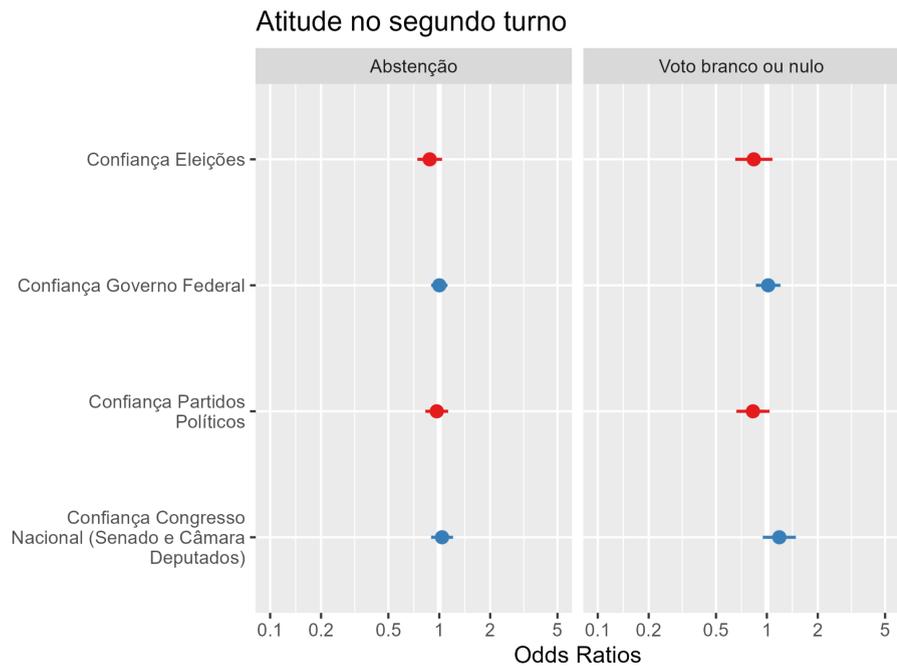


Gráfico 9

O gráfico acima complementa visualmente o quadro 6 confirmando que as variáveis Confiança nas eleições, Confiança no Governo Federal, Confiança nos Partidos Políticos e Confiança no Congresso não explicam a atitude de se abster ou de votar branco ou nulo. Para todas as variáveis a linha do intervalo de confiança está atravessando o 1, além disso, o Pseudo R² informa que a proporção da variável dependente explicada pelas variáveis independentes não chega nem a 0,05%. Ou seja, esse modelo não é capaz de prever o comportamento de votar branco ou nulo, ou ainda de se abster em 2018.

Apesar de não haver significância estatística, a análise dos picos de votos da confiança para as eleições e a análise dos picos de voto da confiança nas instituições reflete a desmoralização das elites políticas e do sistema partidário tradicional, conforme apontado por Moura e Coberllini (2019).

5.4. Percepção da corrupção e Voto obrigatório

Costa (2002) afirma que a descrença nos partidos, nos políticos e na representação política também deve ser inserida na análise sobre o alheamento. Para avaliarmos este aspecto em 2018, observa-se o gráfico a seguir. A ilustração representa a distribuição de notas para a percepção dos entrevistados sobre a corrupção ser um problema sério no Brasil.

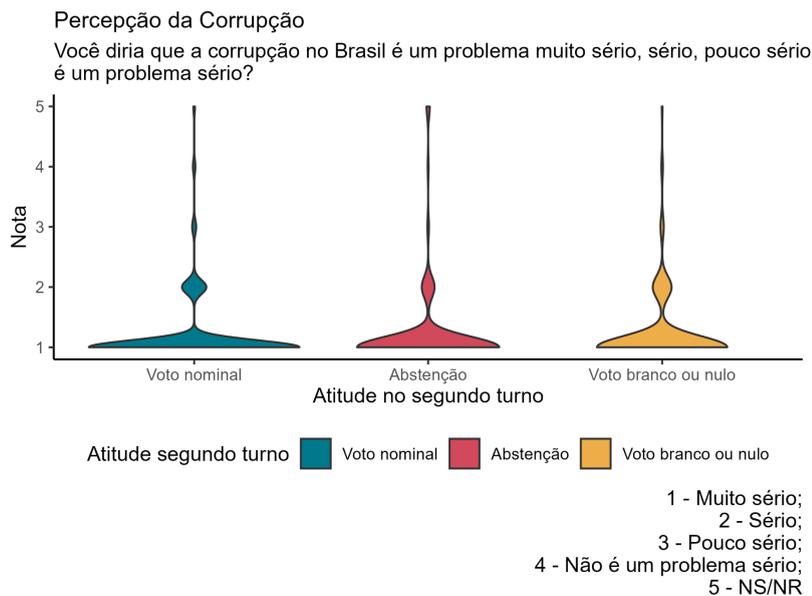


Gráfico 10: Gráfico de violino

Conforme o gráfico acima, independente da atitude dos entrevistados, os maiores picos de resposta são, respectivamente, 1 e 2 representando que a maioria das pessoas acha que a corrupção é um problema muito sério ou sério no Brasil. A seguir, o gráfico 11 ilustra a percepção dos entrevistados sobre a corrupção ser generalizada no Brasil.

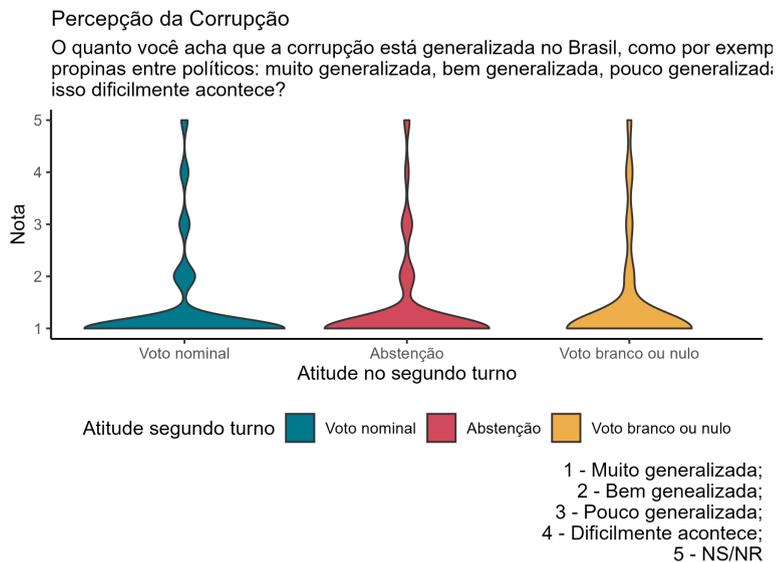


Gráfico 11: Gráfico de violino

O gráfico aponta que a maior parte das pessoas acredita que a corrupção é muito generalizada ou bem generalizada no Brasil. É possível que isso seja reflexo das inúmeras denúncias sobre diferentes partidos, empresários e políticos na operação Lava Jato, já que foram amplamente noticiadas. Observa-se que no grupo votos nominais as pessoas tem um

pico de notas 3 (pouco generalizada), 4 (Difícilmente acontece) um pouquinho maior com relação às pessoas do grupo abstenção e voto branco ou nulo. Somente através do gráfico, não é possível identificar se a percepção sobre a corrupção, utilizada aqui como métrica de descrença nos partidos políticos e nos políticos, tem relação com o alheamento eleitoral, pois a avaliação dos grupos é muito parecida.

Costa (2002) também sugere que a compulsoriedade do voto é um fator importante para compreender a taxa de alienação eleitoral. As teses que atribuem níveis elevados de votos branco ou nulos à obrigatoriedade do voto também recebem adesão de Nicolau (2002). A seguir, apresenta-se o engajamento para as eleições em uma situação hipotética de não compulsoriedade do voto.

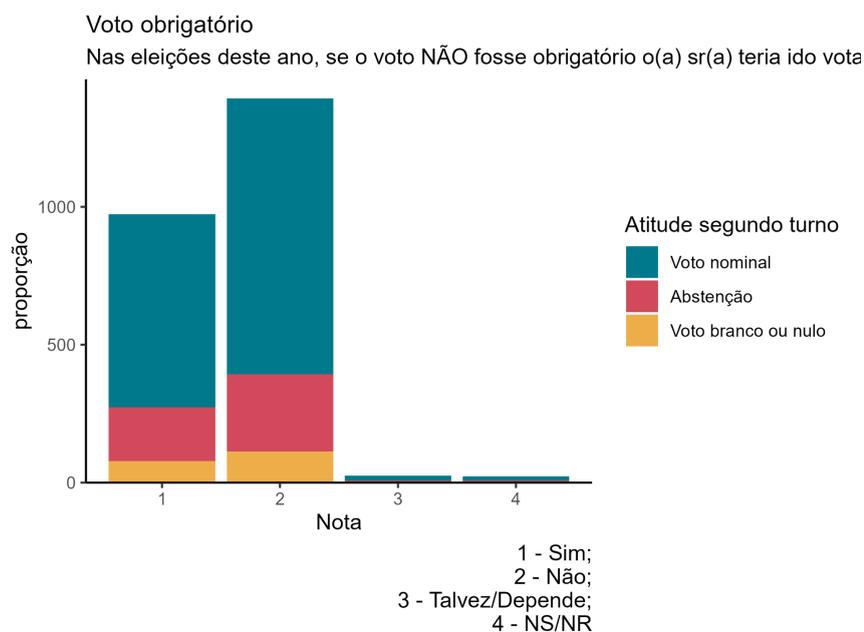


Gráfico 12

Pode-se observar que em todos os grupos a maioria das pessoas não teria votado em 2018 se o voto não fosse obrigatório e, chama atenção que o grupo que mais disse que não teria votado é justamente aquele que votou nominalmente. Esse dado pode ser explicado por um sistema político com pouca representação de grupos e classes sociais (SOUZA, 1976) e também pela desmoralização da classe política brasileira e a partir de uma crise desencadeada pelo desgaste na relação da sociedade brasileira com o sistema de representação política (MOURA; COBERLLINI, 2019).

Por fim, resta avaliar a probabilidade de a pessoa se abster ou votar nulo sob influência de cada uma destas três variáveis.

5.4.1. Resultados para Percepção da Corrupção e Voto obrigatório

O Quadro 7 apresenta os resultados do modelo de regressão logística para a percepção de corrupção e o voto compulsório. Voto nominal foi selecionado como a categoria de referência para a comparação com abstenções e os votos brancos ou nulos.

Quadro 7: Regressão logística multinomial das variáveis independentes do grupo percepção de corrupção e obrigatoriedade voto.

Variável	Razão de chance ^l	95% CI ^l	valor-p
Abstenção			
Percepção Corrupção Problema Sério	1.04	0.87, 1.24	0.6
Percepção de Corrupção Generalizada	0.95	0.84, 1.08	0.4
Voto Obrigatório	1.05	0.88, 1.26	0.6
Voto branco ou nulo			
Percepção Corrupção Problema Sério	1.07	0.83, 1.38	0.6
Percepção Corrupção Generalizada	1.00	0.84, 1.19	0.9
Voto Obrigatório	0.90	0.68, 1.18	0.4

^l OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval; Nagelkerke = 0.00106734

O quadro 7 evidencia que as variáveis selecionadas para o grupo Percepção de Corrupção e Obrigatoriedade do voto não impactaram na atitude do eleitor em 2018. Observando a razão de chance nas três variáveis selecionadas nota-se que ficou ≤ 1 ou muito próxima a 1. O valor-p apresenta resultados acima de 0.05 para todas as variáveis. O intervalo de confiança 95% contém valor 1 para todas as variáveis. Nesse sentido, não há diferenças

estatisticamente significantes entre quem votou em alguém, quem se absteve e quem votou branco ou nulo. A seguir, ilustra-se uma representação visual da tabela.

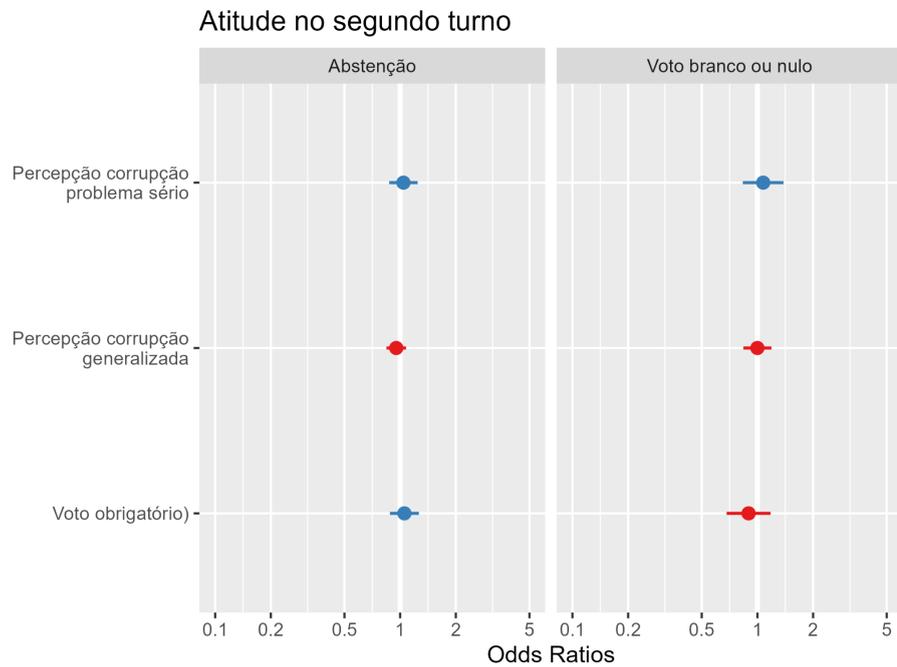


Gráfico 13

5.5. Complemento: Regressão logística multinomial de variáveis sociodemográficas

Inicialmente as variáveis sociodemográficas apenas apresentam o perfil do alheamento eleitoral em 2018. Porém, de maneira complementar aos objetivos do trabalho, realizou-se uma análise de regressão multinomial com todas as variáveis sociodemográficas. A tabela com a razão de chances, intervalo de confiança e valor-p identifica as categorias selecionadas como referência e consta no anexo, tendo em vista que este modelo não estava no escopo da pesquisa. O gráfico a seguir ilustra os resultados do teste.

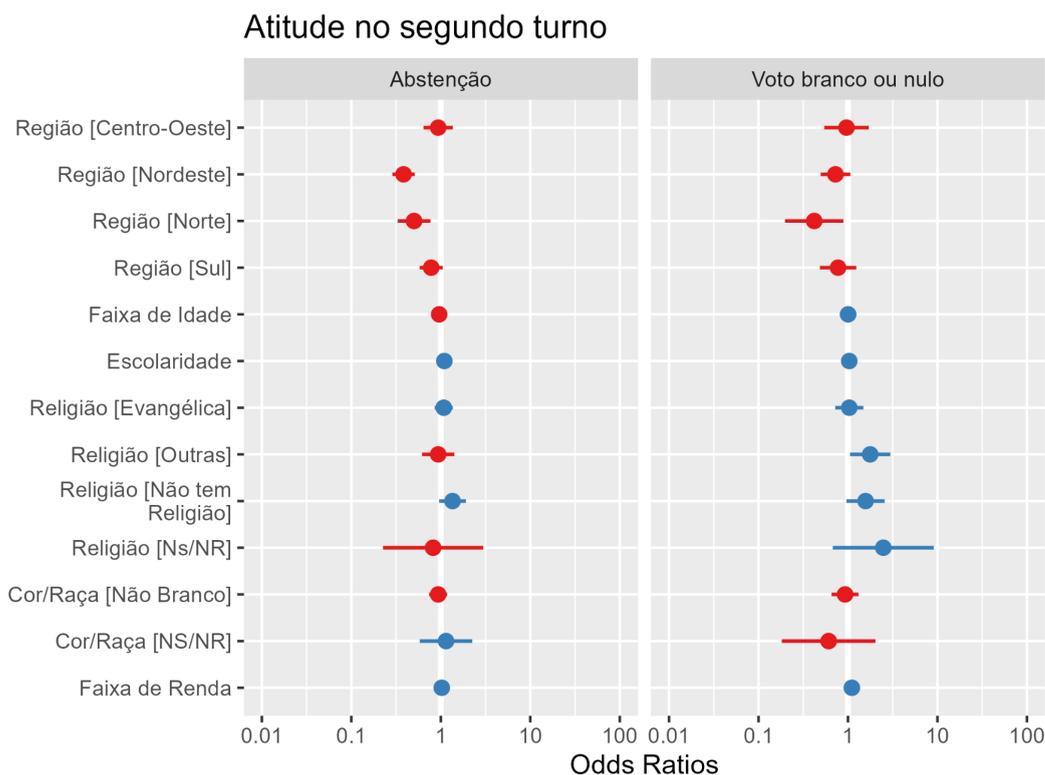


Gráfico 14

Percebe-se que algumas variáveis sociodemográficas apresentam significância estatística, tanto para a abstenção como para o voto branco ou nulo. Pessoas que estão na região Norte e Nordeste, por exemplo, têm menos chances de se abster ou de votar branco ou nulo com relação às que estão nas demais regiões (a categoria de referência nesta variável é Sudeste). Esse dado evidencia uma mudança de comportamento ao longo do tempo por parte dos eleitores dessa região, haja visto que Santos (1987) afirma que as taxas de alheamento eleitoral para os cargos Executivos (nacional e estadual) se destacavam nas regiões Norte e Nordeste. Sugere-se a realização de novas análises de regressão logística multinomial que incluam variáveis sociodemográficas no modelo logístico.

5.6. Teste qui-quadrado de aderência

O teste qui-quadrado de aderência mostrou que há diferenças estatisticamente significativas entre as frequências observadas e as frequências esperadas de acordo com a Lei de Mendel ($\chi^2_{(3)} = 1138.7$, $df = 2$, $p\text{-value} < 0.000000000000000022$). Conforme o gráfico 15, a seguir, a amostra está significativamente sub-representada na categoria “voto nominal” e

super-representada na categoria “voto branco ou nulo”. A amostra não é representativa da população de eleitores de 2018.

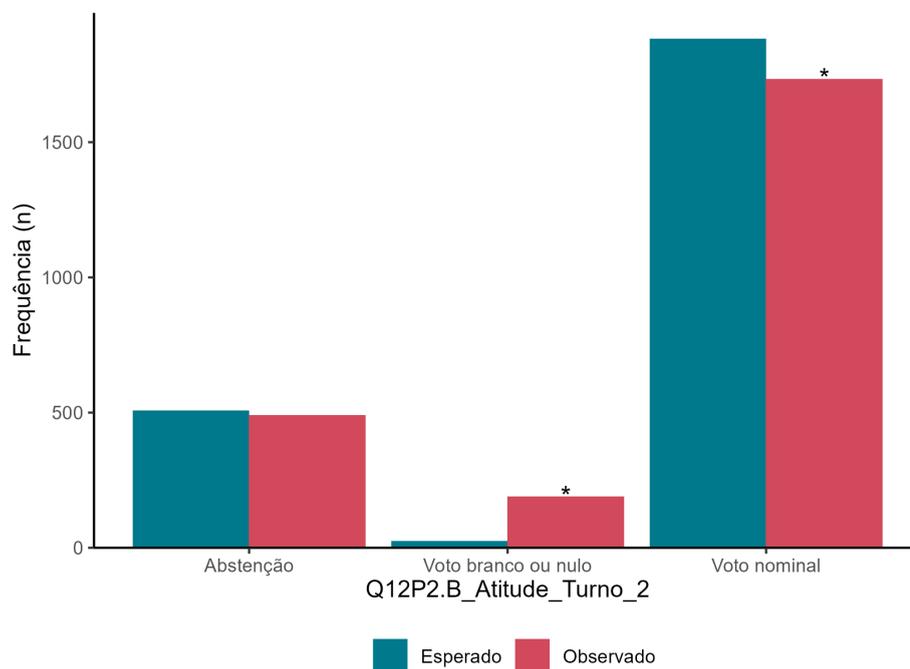


Gráfico 15

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho objetivou entender o alheamento eleitoral nas eleições de 2018 a fim de identificar se o nível de satisfação com a democracia, o nível de confiança nas instituições, a percepção sobre a corrupção e a compulsoriedade do voto influenciaram na atitude dos eleitores de se abster ou de votar branco ou nulo na eleição de presidencial de 2018. Para atingir a compreensão acerca da maneira como a atitude do eleitor pode ser influenciada por estas variáveis, definiu-se três objetivos específicos.

O primeiro foi pesquisar a produção acadêmica que trata do fenômeno do alheamento eleitoral. Verificou-se que, no Brasil, estes estudos surgiram da divergência entre explicar a crise que resultou no golpe civil militar em 1964 e, elaborar explicações sobre a saúde do regime democrático de 1946 - 1964. Assim, para alguns cientistas políticos, um alto índice de alheamento eleitoral representa um sinal de degradação do regime democrático. Para outros, no entanto, índices de alheamento eleitoral são desejáveis para a estabilidade democrática. O conceito de “alienação eleitoral” foi elaborado por Wanderley Guilherme dos Santos em 1987 quando o autor analisou o fenômeno das abstenções somadas aos votos brancos e nulos. Em 1993, Lima Junior decompôs a taxa de alheamento eleitoral analisando separadamente abstenções e votos brancos/nulos argumentando que são fenômenos com causas distintas e por isso devem ser observados separadamente. Atualmente, a maioria dos estudos sobre alheamento eleitoral adota o mesmo procedimento. Estudos mais recentes sugerem a substituição da expressão “alienação eleitoral” por *alheamento eleitoral*, tendo em vista que o alheamento é um comportamento que não remete à ausência de consciência. Os estudiosos desse campo de pesquisa mobilizam diversas variáveis e argumentos para tentar explicar a abstenção e os votos brancos e nulos como as variáveis socioeconômicas, índices de desenvolvimento, satisfação, confiança entre outras.

O segundo objetivo específico foi realizar o levantamento e organização dos dados com o objetivo de selecionar as questões que faziam sentido para os fatores que se desejava analisar, organizar e tratar os dados e entender as variáveis para para viabilizar a análise adequada. A organização dos dados e identificação das variáveis possibilitou a realização do último objetivo específico, analisar os dados.

A análise realizada a partir da técnica estatística de regressão logística com dados do ESEB-2018 considerou variáveis que levassem em conta o nível de satisfação com a

democracia e com as instituições democráticas, o nível de confiança nas eleições e nas instituições, a percepção de corrupção e a obrigatoriedade do voto. Os resultados dos testes, com a amostra disponível, sinalizaram que as variáveis satisfação, confiança, percepção de corrupção e voto obrigatório não exercem influência sobre se abster ou votar em branco/nulo no ano de 2018.

Com isso, a hipótese do trabalho de que o descrédito das instituições democráticas, a insatisfação com a democracia, a percepção da corrupção e a obrigatoriedade do voto são alguns dos fatores relacionados ao alheamento eleitoral na eleição geral de 2018 foi refutada pelos resultados dos testes estatísticos aplicados que apresentaram baixíssimo Pseudo R² e intervalo de confiança ≤ 1 , ou muito próximo de 1, em todos os modelos propostos.

Sendo assim, não é possível afirmar que a confiança, a satisfação, a percepção de corrupção e a compulsoriedade do voto tenham contribuído para o índice de 30% de alheamento eleitoral nas eleições de 2018. Contudo, ressalta-se o caráter disruptivo da eleição de 2018, uma eleição protagonizada por eleitores indignados, cuja relação com o sistema de representação política está desgastada, algo evidenciado tanto para quem escolheu um dos candidatos disponíveis no segundo turno, como para quem se absteve ou votou branco/nulo.

Além disso, a análise sociodemográfica permitiu identificar algumas semelhanças e diferenças no perfil socioeconômico do alheamento eleitoral em 2018 quando comparado a outros estudos. Uma dessas diferenças é com relação à região, Norte e Nordeste apresentam menor indicador de abstenção.

De maneira complementar aos objetivos específicos, elaborou-se um modelo de regressão logística multinomial que considerou somente as variáveis sociodemográficas. Neste modelo foi possível identificar algumas variáveis que apresentaram significância estatística, como no caso da região, por exemplo. Contudo, ao analisar o gráfico, percebe-se que diversas variáveis que poderiam explicar a abstenção e o voto branco ou nulo segundo a bibliografia consultada, também não exercem influência sobre a atitude do eleitor em 2018.

Também foi realizado um teste qui-quadrado de aderência, os resultados apontaram que a amostra não é representativa da população eleitoral de 2018, pois a amostra está sub-representada na categoria voto nominal e super representada na categoria votos brancos e nulos.

Em pesquisas futuras, sugere-se que sejam acrescentadas ao modelo, além de variáveis sociodemográficas, variáveis de representação partidária, avaliação de políticas de segurança

pública, saúde, educação e diminuição de desemprego, percepção sobre a Lava Jato e utilização de redes sociais como forma de comunicação e informação. De modo que novas análises possam contribuir para a compreensão do fenômeno do alheamento eleitoral na eleição de 2018 e suas motivações.

Outra possibilidade para pesquisas futuras é a realização da análise considerando os candidatos enquanto categoria na variável atitude e tentando compreender as similaridades e diferenças nas características e comportamentos dos eleitores que optaram pelo voto em branco ou nulo comparados aos que votaram nos candidatos que disputavam o cargo de presidente, tendo em vista que o voto branco ou nulo é considerado um comportamento de protesto e o candidato Jair Messias Bolsonaro, de alguma forma, também representava o voto de protesto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos Rodrigo. Brancos e nulos somam 9,6%, índice recorde em 2º turno pós-ditadura: para pesquisadores, número reflete desencanto do eleitor com a política. **Uol: Folha de São Paulo**. SP. 28 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/brancos-e-nulos-somam-96-indice-recorde-em-2o-turno-pos-ditadura.shtml>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BATTISTI, Iara Denise Endruweit; SMOLSKI, Felipe Micaíl da Silva. **Software R: curso avançado**. 2019. Material elaborado para curso avançado sobre o software R realizado na Universidade Federal Fluminense em 28/08/2019.. Disponível em: <https://smolski.github.io/livroavancado/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

BERTRAN, Maria Paula; VILAÇA, Luiz; RODELLO, Ildeberto; MORILAS, Luciana; SAIDELRIBEIRO, Evandro Marcos. Neutralidade e viés judicial: Filiação partidária e os réus da Operação Lava Jato. **SciELO**, São Paulo. 27 out. 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4689/9580>. Acesso em: 10 out. 2022.

BORBA, J. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. In: Debates, v. 2, p. 134-157, 2008.

BORBA, J.; RIBEIRO, E.; GIMENES, E.; CASALECHI, G. Indiferenciação e alienação partidária no Brasil. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 27. Brasília, setembro - dezembro de 2018, pp 105-137.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições**: estatísticas de eleições. Estatísticas de Eleições. As estatísticas são feitas com base na replicação diária dos dados dos tribunais regionais eleitorais para uma base consolidada no Tribunal Superior Eleitoral, em horários predeterminados.. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/home?session=108017769654034>. Acesso em: 01 out. 2022.

COSTA, Homero de Oliveira. **Alienação eleitoral no Brasil**: uma análise dos votos brancos nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2008). 2006. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Cap. 1.

Disponível em:
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3779/1/Homero%20de%20Oliveira%20Costa.pdf>.
Acesso em: 24 abr. 2021.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

EL PAÍS: Em áudio, dono da JBS contou a Temer seu plano para “segurar” investigação. São Paulo, 19 maio 2017. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/18/politica/1495143431_030938.html. Acesso em: 10 out. 2022.

EL PAÍS: Em delação frustrada, Cunha citou 120 políticos e arrecadação milionária. São Paulo, 17 maio 2017. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/18/politica/1495068186_795498.html. Acesso em: 10 out. 2022.

ESEB-2018 ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO: banco de dados preparado pela equipe de banco de dados do CESOP. In: **Cesop Centro de Estudos de Opinião Pública: banco de dados.** Disponível em:
https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados?id=&filtro=&place=&dateResearchInitial%5Bmonth%5D=&dateResearchInitial%5Byear%5D=&dateResearchFinal%5Bmonth%5D=&dateResearchFinal%5Byear%5D=&name=&code=04622&contentForm=. Acesso: 10 out. 2022.

ESPÍRITO SANTO, M.O., DINIZ, E.H., and RIBEIRO, M.M. Movimento passe livre e as manifestações de 2013: a internet nas jornadas de junho. In: PINHO, J.A.G., ed. *Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 141-167. ISBN: 978-85-232-1877-5.
<https://doi.org/10.7476/9788523218775.0008>.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA E MULTINOMIAL . In: FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **MANUAL DE ANÁLISE DE DADOS: estatística e modelagem multivariada com excel®, spss® e stata®**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. Cap. 13. p. 511-603.

FIELD, Andy. REGRESSÃO LOGÍSTICA. In: FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. London: Artmed Editora, 2009. Cap. 6. p. 221-264.

FIGUEIRA, Cleonis Viater. **MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA**. 2006. 137 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Matemática, Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8192/000569815.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 nov. 2022.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson; ROCHA, Enivaldo; PARANHOS, Ranulfo; ALEXANDRE, José. Regressão logística em Ciência Política. Artigo preparado como material complementar do curso Tópicos Avançados de Metodologia de Pesquisa, ministrado pelo Professor Enivaldo Rocha no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP - UFPE), janeiro de 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/10394610/Regress%C3%A3o_log%C3%ADstica_em_Ci%C3%A4ncia_Pol%C3%ADtica. Acesso em: 20 nov. 2022.

FOLHA DE S.PAULO: Em delação frustrada, Cunha citou 120 políticos e arrecadação milionária. São Paulo, 26 dez. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/em-delacao-frustrada-cunha-citou-120-politico-s-e-arrecadacao-milionaria.shtml>. Acesso em: 10 out. 2022.

FOHA DE S.PAULO: O TRIUNFO DO BOLSONARISMO. São Paulo, nov. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/>. Acesso em: 25 out. 2022.

FONTES NETO, Geremias de Mattos. **Perfil sociocultural dos candidatos aos cursos da área de Engenharia no vestibular da UFF 2011: uma análise usando regressão logística multinomial**. 2014. 58 f. Monografia (Especialização) - Curso de Estatística, Departamento de Estatística, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Cap. 3. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/14520/tcc_20141_GeremiasMattos_11054029.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 nov. 2022.

GONZALEZ, Leandro de Azevedo. **Regressão Logística e suas Aplicações**. 2018. 43 f. Monografia (Especialização) - Curso de Curso de Graduação em Ciência da Computação,,

Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/3572/1/LEANDRO-GONZALEZ.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

HAIR, J. F. et al. *Análise multivariada de dados*. [s.l.] Porto Alegre Bookman, 2005.

IVONALDO, Ailton e. **Tutorial - Regressão Logística**. 2021. Material disponibilizado na página de Tutoriais do Laboratório de Estatística Aplicada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.. Disponível em: <http://lea.estadistica.ccet.ufrn.br/tutoriais/regressao-logistica.html>. Acesso em: 17 nov. 2022.

LIMA JÚNIOR, O. B. A alienação eleitoral e seus determinantes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 14, ano 5, 1990. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_06.htm . Acesso em 17 maio. 2021.

MACELAY, Tiago Luiz. **Identificação de fatores que influenciam a escolha do modo de transporte de estudantes em um Polo Universitário na cidade de Joinville**. 2020. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Centro de Ciências Tecnológicas, Universidade do Estado de Santa Catarina, Joinville, 2020. Cap. 2. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/cct/id_cpmenu/706/2020_04_14_Tiago_Luiz_Macelay_16020275103854_706.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

MAROCO, João. Regressão Categorial. In: MAROCO, João. **Análise Estatística com utilização do SPSS**. 3. ed. Lisboa: Edições Sílabos, 2007. Cap. 15. p. 684-795.

MESQUITA, Paulo Sérgio Belchior. **Um modelo de regressão logística para avaliação dos cursos de pósgraduação no Brasil**. 2014. 76 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2014. Cap. 5 e 6. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/engenharia-de-producao/wp-content/uploads/sites/13/2013/04/Disserta%c3%a7%c3%a3o-Paulo-Mesquita.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva:** por que Bolsonaro venceu. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019. 155 p.

NICOLAU, J. Sistemas Eleitorais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral no Brasil. Working Paper Series, University of Oxford Centre for Brazilian Studies, 2002. Disponível em: http://www.brazil.ox.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0018/9405/Nicolau26.pdf, acessado em 17 maio. 2020.

NICOLAU, Jairo. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, v. 20, ed. 3, dezembro 2014. DOI DOI10.1590/1807-01912014203311. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/sDGQDKvCtSbGkDpMLk5XjtJ/?lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2022.

NICOLAU, Jairo. O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 144 p.

PERES JUNIOR, José Roberto. **Aplicação de Modelo de Regressão Logística Multinomial em Predição.** 2021. 37 f. TCC (Graduação) - Curso de Estatística, Instituto de Ciências Exatas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/13436/1/joserobertoperesjunior.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

RAMOS, Paola Novaes. Alheamento eleitoral: reflexões sobre o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções na teoria política contemporânea. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 170, 15 jul. 2009. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2009v14n1p170>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3356>. Acesso em: 28 out. 2022.

REGRESSÃO logística multinomial no R (Parte 1). Direção de Fernanda Peres. Produção de Fernanda Peres. Realização de Fernanda Peres. Coordenação de Fernanda Peres. Roteiro: Fernanda Peres. São Paulo: Fernanda Peres, 2022. Son. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7IpgFJYavdk>. Acesso em: 07 set. 2022.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, R.; GIMENES, E. R.; BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Votos Brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. *Teoria & Pesquisa*, 23(2), 2014.

SILVA, Rafael da. **COMPORTAMENTO ELEITORAL NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL**: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos. 2016. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Cap. 2. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169659>. Acesso em: 24 abr. 2021.

SJOBERG, Daniel D. *et al.* **Gtsummary 1.6.2**: tutorial: tbl_summary. Tutorial: tbl_summary. 2020. Última atualização: 13 de setembro de 2020. Disponível em: https://www.danielsjoberg.com/gtsummary/articles/tbl_summary.html#example-data-set. Acesso em: 17 nov. 2022.

SOUZA, Maria do Carmo Campello (1976). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

TELLES, Helcimara; LOURENÇO, Luiz Cláudio; STORNI, Tiago. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. *Sociedade e Cultura, Goiânia*, v. 12, ed. 1, junho 2009. DOI <https://doi.org/10.5216/sec.v12i1.6903>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/6903/4958>. Acesso em: 15 nov. 2022.

TSE. **Comparecimento/Abstenção**: tabela detalhada. Tabela detalhada. 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 17 abr. 2021.

VIEIRA, Adriana Coelho. **Análise de Dados de Sinistralidade Rodoviária Portuguesa nas Zonas em Obras com Recurso à Regressão Logística Multinomial**. 2019. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2019. Cap. 2. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.6/8934>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ZEVIANI, Walmes Marques; RIBEIRO JÚNIOR, Paulo Justiniano; BONAT, Wagner Hugo. **Modelos de regressão não linear**. 2013. Material elaborado e disponibilizado em curso

realizado nos dias 22 e 23 de junho de 2013 pelo Laboratório de Estatística e Geoinformação e Departamento de Estatística da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://www.ime.unicamp.br/~cnaber/cursodelosnaolinearesR.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ANEXO

I - Script para regressão logística sobre satisfação

```
#Carrego Bibliotecas
if(!require(pacman)) install.packages("pacman")
library(pacman)

pacman::p_load(dplyr, car, psych, nnet, AER, lmtest,
               gtsummary, reshape2, ggplot2, DescTools,
               ggrastr, sjPlot)

#Carrego Banco de dados
dados2018 <- read.csv("Data_2018.csv", stringsAsFactors = TRUE,
                    fileEncoding = "latin1", header = TRUE, sep = "\t")

#Visualizo Banco de Dados
View(dados2018)
glimpse(dados2018)

#Gravo novo dataframe onde a coluna de atitude turno 2 exclui as linhas de pessoas que não sabem ou
#não responderam em quem votaram (para a minha análise, essas pessoas são consideradas missings)
Data2018 <- droplevels(subset(dados2018,
                             Q12P2.B_Atitude_Turno_2 == "Abstenção" |
                             Q12P2.B_Atitude_Turno_2 == "Voto branco ou nulo" |
                             Q12P2.B_Atitude_Turno_2 == "Voto nominal"))

#Visualizo somente a variável Atitude turno 2 para ver se realmente linhas com NS/NR foram excluídas
summary(Data2018$Q12P2.B_Atitude_Turno_2)

#Estabeleço a ordem das categorias
Data2018$Q12P2.B_Atitude_Turno_2 <- factor(Data2018$Q12P2.B_Atitude_Turno_2,
                                           levels=c("Voto nominal", "Abstenção", "Voto branco ou nulo"))

#Visualizo somente a variável Atitude turno 2 para ver se variáveis foram reordenadas
summary(Data2018$Q12P2.B_Atitude_Turno_2)

#####__REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL

# Passo 1: Checagem de pressupostos para análise Satisfação:

#1. Variável dependente nominal com categorias mutuamente exclusivas - ok
#2. Independência das observações (sem medidas repetidas): ok
#3. Ausência de multicolinearidade (alta correlação entre variáveis independentes do modelo)
```

```

#3.1 Checagem de correlação entre variáveis independentes
correlação <- psych::pairs.panels(Data2018[8:11])

#3.2 Checagem de Vif (Independence of Irrelevant Alternatives).
# Fator de Inflação de Variância verifica correlação entre variáveis independentes.
# Quando vif está acima de 10 fere os pressupostos.
# Construção de modelo futuro: voto foi transformado em variável numérica,
# mas isso não influencia pois o teste é realizado somente para avaliar correlação entre variáveis
# independentes.

library(mlogit)

VIF_sat <- lm(as.numeric(Q12P2.B_Atitude_Turno_2)~ Q11_Satisfacao_Democracia +
              P3.4_Avaliacao_Governo_Federal + P3.7_Avaliacao_Partidos_Politicos +
              P3.8_Avaliacao_Congresso_Nacional_Senado_CamaraDeputados,
              data = Data2018)

car::vif(VIF_sat)

#4. Independência de alternativas irrelevantes - Teste Hausman-MCFaddem.
# Verifica se caso uma das opções não existisse (abstenção ou voto branco ou nulo)
# o coeficiente seria o mesmo. Ou seja, não haveria impacto sobre a decisão do voto.

install.packages("mlogit")#se não tiver pacote instalado precisa instalar.
library(mlogit)

# Modelo com todas as alternativas
modi_ai <- mlogit::mlogit(Q12P2.B_Atitude_Turno_2 ~ 1 | Q11_Satisfacao_Democracia +
                          P3.4_Avaliacao_Governo_Federal +
                          P3.7_Avaliacao_Partidos_Politicos +
                          P3.8_Avaliacao_Congresso_Nacional_Senado_CamaraDeputados,
                          data = Data2018,
                          shape = "wide",
                          refllevel = "Voto nominal")#Categoria de referência

# Modelo excluindo voto branco ou nulo
modi_ai2 <- mlogit::mlogit(Q12P2.B_Atitude_Turno_2 ~ 1 | Q11_Satisfacao_Democracia +
                           P3.4_Avaliacao_Governo_Federal +
                           P3.7_Avaliacao_Partidos_Politicos +
                           P3.8_Avaliacao_Congresso_Nacional_Senado_CamaraDeputados,
                           data = Data2018,
                           shape = "wide",
                           refllevel = "Voto nominal",
                           alt.subset = c("Abstenção", "Voto nominal"))

# Modelo excluindo abstenção

```

```

modi_ai3 <- mlogit::mlogit(Q12P2.B_Atitude_Turno_2 ~ 1 | Q11_Satisfacao_Democracia +
  P3.4_Avaliacao_Governo_Federal +
  P3.7_Avaliacao_Partidos_Politicos +
  P3.8_Avaliacao_Congresso_Nacional_Senado_CamaraDeputados,
data = Data2018,
shape = "wide",
reflevel = "Voto nominal",
alt.subset = c("Voto nominal", "Voto branco ou nulo"))

# Comparando modelos para ver se há independência das alternativas irrelevantes
# p precisa ser maior que 0,05
mlogit::hmfest(modi_ai, modi_ai2)
mlogit::hmfest(modi_ai, modi_ai3)

# 5. Construção de modelos de regressão multinomial
library(nnet)
?multinom

# Modelo Satisfação
mod_sat <- multinom(Q12P2.B_Atitude_Turno_2 ~ Q11_Satisfacao_Democracia +
  P3.4_Avaliacao_Governo_Federal +
  P3.7_Avaliacao_Partidos_Politicos +
  P3.8_Avaliacao_Congresso_Nacional_Senado_CamaraDeputados,
data = Data2018, model = TRUE)

# Modelo nulo sem nenhum previsor
mod_sat0 <- multinom(Q12P2.B_Atitude_Turno_2 ~ 1, data = Data2018, model = TRUE)

# Ajuste do modelo
# H0: Modelo nulo é igual ao modelo construído. Caso a hipótese seja confirmada,
# significa que o modelo construído é inútil.
# p precisa ser menor que 0,05
anova(mod_sat0, mod_sat)

# Verificação do Pseudo R2. Ele informa a proporção da VD (no caso a atitude dos entrevistados)
#que é explicada pelas VI.
DescTools::PseudoR2(mod_sat, which = "Nagelkerke")

#Para verificar efeitos globais
car::Anova(mod_sat, type = "II", test = "Nald")
gtsummary::tbl_summary(EG)

#Para verificar coeficientes do modelo
summary(mod_sat)

#Obtenção dos valores de p - por Wald (mesmo tipo do spss)

```

```

lmtest::coefTest(mod_sat)

#Calcula razão de chance
exp(coef(mod_sat))

#Calcula intervalo de confiança para coeficientes
exp(confint(mod_sat))

#Tabela completa
gtsummary::tbl_regression(mod_sat, exponentiate = TRUE)
help("tbl_regression")#dá pra ver aqui como formatar ela bonitinha

install.packages("pacman", repos="http://cran.rstudio.com/", dependencies=TRUE)

#Gráfico
sjPlot::plot_model(mod_sat,
                    title = "Atitude no segundo turno", position_stack(T),
                    show.legend = F,
                    axis.labels = list
                    ("Avaliação Congresso Nacional (Senado e Câmara Deputados)",
                     "Avaliação Partidos Políticos",
                     "Avaliação Governo Federal",
                     "Satisfação com Democracia"))

#Verificar modelo:
summary(predict(mod_sat))
#ficou bem ruim, jogou todo mundo para a categoria voto nominal.

```

Observação: o mesmo script foi adaptado para as outras regressões realizadas substituindo as variáveis e alterando os nomes dos objetos para não causar confusão.

ANEXO

II - Tabela para modelo de regressão logística multinomial com variáveis sociodemográficas

Variável	Razão de Chance ¹	95% CI ¹	valor-p
Abstenção			
Região			
Sudeste	—	—	
Centro Oeste	0.93	0.64, 1.35	0.7
Nordeste	0.38	0.29, 0.51	<0.001
Norte	0.50	0.33, 0.76	0.001
Sul	0.77	0.58, 1.04	0.093
Faixa Idade	0.95	0.90, 1.00	0.071
Escolaridade	1.09	1.02, 1.17	0.013
Religião			
Católica	—	—	
Evangélica	1.08	0.85, 1.36	0.5
Outras	0.94	0.62, 1.43	0.8
Não tem religião	1.35	0.96, 1.91	0.085
NS/NR	0.82	0.23, 2.99	0.8
Cor/Raça			

Variável	Razão de Chance ¹	95% CI ¹	valor-p
Branco	—	—	
Não branco	1.07	0.85, 1.35	0.6
NS/NR	1.21	0.60, 2.40	0.6
Faixa de Renda	1.02	0.97, 1.08	0.3
Voto branco ou nulo			
Região			
Sudeste	—	—	
Centro Oeste	0.96	0.54, 1.70	0.9
Nordeste	0.73	0.50, 1.06	0.10
Norte	0.42	0.20, 0.89	0.024
Sul	0.78	0.49, 1.24	0.3
Faixa Idade	1.01	0.93, 1.09	0.9
Escolaridade	1.00	0.90, 1.10	>0.9
Religião			
Católica	—	—	
Evangélica	1.03	0.72, 1.48	0.9
Outras	1.77	1.06, 2.98	0.030
Não tem religião	1.56	0.96, 2.56	0.074
NS/NR	2.49	0.68, 9.13	0.2

Variável	Razão de Chance ¹	95% CI ¹	valor-p
Cor/Raça			
Branco	—	—	
Não branco	1.08	0.76, 1.53	0.7
NS/NR	0.65	0.19, 2.22	0.5
Faixa de Renda	1.11	1.03, 1.19	0.004

¹OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval

III - Links para acesso ao banco, questionário e totalidade dos scripts executados no R.

A) Github:

<https://github.com/Elig-Arsee/TCC-Alheamento-Eleitoral>

B) Drive:

<https://drive.google.com/drive/folders/1AEtOSblOkcWvhKFZaBGEBPxupGKgUsVx?usp=sharing>